



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH IV
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NIEDIA MARIANO NUNES

**RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE VAQUEIROS E FAZENDEIROS NO SERTÃO
DE JACOBINA NO SÉCULO XIX**

JACOBINA

2018

NIEDIA MARIANO NUNES

RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE VAQUEIROS E FAZENDEIROS NO SERTÃO
DE JACOBINA NO SÉCULO XIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de graduação do curso de História, apresentado a Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus IV Jacobina-BA.

Orientador: Prof. Dr. Jackson André da Silva Ferreira.

JACOBINA

2018

NIEDIA MARIANO NUNES

RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE VAQUEIROS E FAZENDEIROS NO SERTÃO
DE JACOBINA NO SÉCULO XIX

Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial para obtenção de título de graduação do curso de Licenciatura de História, apresentado a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus IV Jacobina-BA.

Aprovada em ____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jackson André Ferreira Silva (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Moises de Oliveira Sampaio
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Prof. Dr. Paulo César Oliveira de Jesus
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

AGRADECIMENTOS

O término dessa pesquisa me alegra grandiosamente, pois desde os primeiros semestres já tive vontade de me debruçar em uma temática que pelo menos se aproximasse da minha realidade e principalmente, que contribuísse e tratasse da minha região, do meu sertão.

Grata a minha mãe, minha irmã e ao meu pai, que é vaqueiro. E desde a minha infância me apresentou a importância do papel do vaqueiro. Estendo minha gratidão aos meus padrinhos, especialmente a Leonira que sempre me incentivou.

Meus agradecimentos para meu orientador, professor Dr. Jackson Ferreira. Por ter me aceitado como sua orientada, pela paciência e por todos os comentários durante as correções dos capítulos. Os quais foram de extrema importância para que eu pudesse melhorar este trabalho.

Grata aos professores, fundamentais na minha trajetória acadêmica: Dr. Jackson Ferreira, que através dos seus métodos de avaliações possibilitou-me desenvolver uma escrita melhor; Dr. Moises Sampaio, que em suas aulas sempre reforçou e apresentou a importância de se olhar e refletir através do viés regional. Ao M.e. Jaime Baratz, por ter tornado minhas aulas de teoria mais agradáveis e simples. E a Ivan Ramires, por me mostrar que a forma de ensinar pode fazer toda a diferença e possibilitar um atrativo a mais para aquisição do conhecimento.

Aos amigos de turma da graduação pelas conversas e pelo apoio, especialmente Janiele, Rejânea, Kellizangêla, Manoel, Daniele, Ivanuzia, Marta, Juliana, Cleane e Milena.

A todos os residentes universitários do campus IV, em especial, Fabiana por ser uma amiga maravilhosa, Lucicléia, Márcia, Clarice, Rosana, Ediane, Adenice, Lucas, Julho, Misael, Mateus, Jobson e Fernando. Toda a convivência me proporcionou uma experiência engrandecedora.

Ao meu filho, Miguel. Que mesmo vindo em um momento inesperado trouxe-me alegria e motivação para seguir, e acima de tudo preencheu minha vida com um amor indescritível.

Enfim, não poderia deixar de mencionar a importância das bolsas de ensino e extensão, bem como as especificamente ligadas à permanência estudantil ofertadas pela Universidade do Estado da Bahia. Pois graças a elas pude me manter durante todo o período na universidade.

RESUMO

Este trabalho analisa as relações de trabalho estabelecida entre vaqueiros e fazendeiros no sertão baiano do século XIX, tendo como intuito investigar as estratégias de ação e a cultura política dos vaqueiros em relação aos fazendeiros, partindo da premissa de que os vaqueiros tinham clara noção de sua condição de subalternidade, mas, mesmo assim, buscavam através das relações obter dos seus patrões vantagens para si e seus pares. Acredito ainda que tratar dessas relações significa reconhecer todas as extensões e ambiguidades, diferentemente do que foi propagado ao longo do tempo pela vasta literatura, pois o vaqueiro era visto apenas como um sujeito fiel e submisso, contrapondo-se a isso, o analiso englobando também os conflitos, as negociações e resistências. Para isso, utilizo fontes que possibilitam uma maior proximidade a essa relação: processos crimes sobre furto de animais, os quais proporcionaram acessar não somente aos embates mais contundentes, como também às mais diversas formas sutis presentes nas relações de poder e na política de dependentes. Assim, durante o decorrer da pesquisa foi se tornando cada vez mais evidente a importância do vaqueiro para o bom desenvolvimento da pecuária. E que para além disso, as relações estabelecidas apontaram, bem como os estudos mais recentes sobre a temática, que elas são muito mais complexas do que foi construído e defendido historicamente, pois não são permeadas apenas por afetividade, confiança e honra, mas também por conflitos e jogo de interesses. Dessa forma, não há como tratar tais relações sem suas extensões, complexidades e particularidades.

Palavras-chaves: Vaqueiro. Pecuária. Relações de trabalho. Relações de dependência.

ABSTRACT

This work analyzes the established labor relations between cowboys and farmers in the backlands of the nineteenth century. In order to investigate the strategies of action and the political culture of the cowboys in relation to the ranchers, it starting from the premise that the cowboys had a clear notion of their condition and through the relationships sought to obtain from their bosses advantages for themselves and their peers. I also believe that dealing with these relationships means recognizing all the extensions and ambiguities and, unlike what has been propagated over time, the cowherd must be analyzed beyond the visions of fidelity and submission, encompassing also the conflicts, negotiations and resistances. For this, I use sources that make it possible to be closer to this relationship: crimes related to animals theft, which have provided access not only to the most powerful attacks but also to the most diverse subtle forms present in power relations and dependent politics. Thus, during the course of the research it became increasingly evident the importance of the cowboy for the good development of livestock. Moreover, established relationships have pointed out, as well as recent studies on the subject, that they are much more complex than they were built and defended over time, because they are not only permeated by affection, trust and honor, but also by conflicts and the play of interests. In this way, there is no way to treat such relations without their extensions, complexities and particularities.

Keywords: Cowboy. Livestock. Work relationships. Dependency relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PECUÁRIA E VAQUEIRO	14
1.1 Representações no mundo ficcional e na historiografia	25
CAPÍTULO 2. O SERTÃO DE JACOBINA NO CENÁRIO PECUARISTA	30
2.1 Ofício do vaqueiro: labuta	35
CAPÍTULO 3. RELAÇÕES DE TRABALHO E DEPENDÊNCIA NA CULTURA DO VAQUEIRO	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
FONTES	67
Processos Criminais:	67
Digitais/Avulsos	67
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações de trabalho estabelecidas entre vaqueiros e fazendeiros no sertão de Jacobina no século XIX. Dentro dessa perspectiva temática o intuito é emergir vozes subalternas (no caso, o vaqueiro), para assim analisar como se manifestavam cotidianamente as relações de trabalho. Mas cabe também a pesquisa de forma secundária a pretensão de abordar sobre a importância deste trabalhador para a pecuária, sinalizando o seu cotidiano, espaços de circulação, sociabilidade e dinâmica com o trabalho pecuário.

O processo de ocupação no interior no tempo da colonização se deu majoritariamente por meio da criação de gado¹, e com a região de Jacobina não foi diferente, embora os estudos sobre a região ainda são limitados. Com a expansão do comércio de gado tal região foi se tornando em um dos locais de destaque que contribuiu para a economia pecuária local e provincial na criação de gado, como local de rotas de boiadas sertanejas e de repouso para vaqueiros.

Principalmente com o passar dos anos essas práticas tornaram-se cada vez mais comum, as terras “das Jacobinas” eram utilizadas em sua grande maioria, como local de engorda e descanso de gado. Procedimentos esses, que convergiam para atender a demanda da carne e do couro desses animais, os quais eram essenciais para o período. Vale ressaltar que meu tema surgiu a partir da leitura da tese de Raphael Rodrigues Vieira Filho “Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX”², ao trilhar pelas histórias da região de Jacobina, das quais muitas eu não tinha conhecimento, fiquei estimulada por pesquisar sobre vaqueiro.

A opção por trazer a figura do vaqueiro para a centralidade desse estudo fundamenta-se na perspectiva de que foi o trabalhador essencial de uma fazenda. Consiste também na tentativa de contribuir com aquele que representou (e representa) um dos maiores personagens das manifestações socioculturais, para a formação do território da Bahia e de várias outras regiões do país.

A profissão de vaqueiro é uma das mais antigas do país, tendo importância e presença na história do Brasil, mais precisamente nas regiões interioranas e

¹ Ver: VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX**. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Em especial o primeiro capítulo.

² *Idem*.

sertanejas. Foi tão marcante que existe museus com o intuito de representar aspectos culturais e resgatar em forma imagética e monumental essa cultura, como é o caso do Museu de Cultura Cearense, conhecido também como o “Museu do Vaqueiro”. Localizado no Centro do Dragão do Mar de Arte e Cultura em Fortaleza, apresenta há quinze anos a exposição “Vaqueiros”. Neste museu se encontra um grande acervo com objetos e vestimentas doados por vaqueiros reais e museus do Estado e nacionais³.

Uma outra evidente constatação da importância desse personagem para a história do país como um todo, se justifica ainda mais com o reconhecimento da profissão, ocorrido recentemente, no dia 24 de setembro de 2013 no Congresso Nacional, e que na ocasião vaqueiros de todo o país foram ao congresso para acompanhar a votação⁴.

Meu interesse pelo tema vaqueiro, a princípio, estava relacionado diretamente com a minha vida. Sendo filha de vaqueiro, convivi cotidianamente desde minha infância e me envolvi diretamente na labuta das atribuições do vaqueiro junto com meu pai, por ele não ter tido filho, coube a mim e a minha irmã ajuda-lo. Por isso me senti despertada a debruçar sobre essa temática.

Entretanto, tal escolha não se restringe apenas a fatores pessoais, mas também a outros interesses, como o propósito de ressaltar a importância cultural e social. Pois o vaqueiro conquistou ao longo dos anos espaço no imaginário e na história nordestina principalmente nos sertões.

Para além disso, possui importância no cenário histórico, econômico e sobretudo cultural, entretanto na região há uma grande carência da temática na região por isso creio que dessa forma, a presente pesquisa irá contribuir para uma melhor compreensão da região e desse personagem. Não tem como negar a importância que o vaqueiro construiu ao longo do tempo. Certamente por isso é representado e exaltado em diversos seguimentos artísticos e culturais, entre eles, literatura, música, poesia, festas de vaquejada, esta última, normalmente acontece anualmente em várias cidades da região.

³ Disponível em: <https://blogdajor72.wordpress.com/2013/12/09/exposicao-vaqueiros-no-dragao-do-mar-retrata-vida-do-sertao/>. Disponível também no próprio site do museu: <http://www.dragaodomar.org.br/programacao-dos-museus>.

⁴ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/09/24/senado-aprova-projeto-que-reconhece-profissao-de-vaqueiro>.

Assim, pode-se dizer que a figura do vaqueiro é bem representada nesses segmentos mencionado, porém em se tratando de produções acadêmica, ainda é uma temática que possui poucos trabalhos. Desconheço produção dentro dessa temática em Jacobina. Portanto acredito que esta pesquisa possa vir a contribuir e somar para novos conhecimentos sobre o tema ainda que de forma mínima, e para conhecer um pouco sobre a história regional.

Como foi salientado anteriormente, as produções artísticas e literárias sobre o tema vaqueiro são diversas, no entanto, irei me restringir no tocante a pesquisas e estudos acadêmicos, as quais ainda são limitadas. Apesar do interesse pelo tema por parte de historiadores ser recente⁵, há a existência de algumas produções fundamentais, que abordam o vaqueiro e suas nuances, bem como a ideia de sertão, não é minha intenção fazer uma longa apresentação desses estudos realizados, mas sim, focar em algumas referências base para discorrer sobre o assunto.

Um exemplo de pesquisa sobre as relações de trabalho é a tese na área de História social de Joana Medrado Nascimento. Sua proposta principal são as relações de trabalho e a cultura política na pecuária, bem como a dominação estabelecidas entre fazendeiros e vaqueiros tendo por delimitação espacial e temporal, Geremoabo entre 1880 e 1900, abordada por ela como uma região tradicionalmente pecuária do nordeste baiano. Assim, os caminhos trilhados por Nascimento foi focalizar:

[...] uma região de pecuária do nordeste baiano nas duas últimas décadas do século XIX como intuito de investigar as estratégias de ação e a cultura política dos vaqueiros em relação aos fazendeiros. Utilizamos fontes que tocavam mais de perto nessa relação: processos crimes sobre furto de animais, cartas enviadas por vaqueiros ao barão de Geremoabo e narrativas em verso e prosa a respeito da coragem dos vaqueiros para domar o gado bravo do patrão. Dessa forma, acessamos as formas sutis de dominação e resistência existentes nesse contexto.

Como a autora afirma, sua perspectiva teórica parte também da análise de documentação onde a voz protagonista é a do vaqueiro, a autora vai traçar novos aspectos entre as relações de trabalho entre vaqueiro e fazendeiro, que até então era visto de uma forma bastante amistosa, pautado na confiança mútua e servidão inconsciente, e que por meio da análise das fontes, principalmente os processos

⁵ Sobre este aspecto, Nascimento vem abordar desde o início de sua dissertação. Pontuando que trazer o vaqueiro para pesquisa e estudo é algo recente por parte dos historiadores. NASCIMENTO, Joana Medrado. **Terra, laço e moirão**: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). Campinas, SP: [s. n.], 2008.

crimes ela vai desmistificando e apontando outras nuances dessas relações, como o conflito, estratégias utilizadas pelo vaqueiro, suas sutilezas, etc.

Outros autores também elegeram o tema para estudo, como Augusto Farinatti⁶. Só que neste caso é uma pesquisa voltada para a região sul do país, a diferença não está apenas nesse quesito, mas também na perspectiva de suas análises, como por exemplo sua opção por estudar a elite e não o trabalhador. Já que a proposta de sua pesquisa é estudar a composição, lógica social e as estratégias da elite agrária do município de Alegrete, que segundo ele caracterizou-se como principal zona pecuária do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1825 e 1865. Mesmo estando voltada para essas questões serve como apoio para se conhecer e ampliar sobre o assunto, pois Farinatti enfatiza sobre a pecuária, sobre o trabalho agrário, enfim, sobre os aspectos relacionados.

Alécio Reis⁷ que em sua dissertação de mestrado “O que farpa o boi farpa o homem: Campo das memórias dos vaqueiros do sertão de Irecê (1943-1985)”, embora trate do século XX, vem abordar justamente sobre o vaqueiro, trazendo também a questão do sertão, da pecuária. Uma perspectiva que se aproxima da de Nascimento, pelo fato do autor optar por dar vozes aqueles mais subalternos.

A conceitualização do sentido de sertão também foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. E é abordado por diversos autores, mas recorrerei ao sentido dado por Erivaldo Neves que trata da conceitualização do sentido de sertão.⁸ Ao tratar dessas produções citadas acima o que se pretende é abordar questões indispensáveis ao analisar as relações de trabalho por apresentarem um envolvimento e uma busca através de interpretações mais abrangentes e explicações complexas mais próximas da realidade.

E durante o decorrer da pesquisa foi se tornando cada vez mais evidente a importância do vaqueiro para o bom desenvolvimento da pecuária. E que para além disso, as relações estabelecidas apontaram, assim como os estudos mais recentes sobre a temática, que elas são mais complexas do que foi construída e defendida ao longo do tempo, pois não são permeadas apenas por afetividade, confiança e honra,

⁶ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865), Rio de Janeiro-2007.

⁷ REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi farpa o homem**: das memórias dos vaqueiros do campo sertão de Irecê (1943-1985) Feira de Santana, 2012. 363f.

⁸ NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v-3, n-1, p. 153-162, 2003.

mas também por conflitos e jogo de interesses. Dessa forma, não há como tratar tais relações sem suas extensões, complexidades e particularidades.

Os conjuntos documentais que me permitiram realizar esses objetivos mais gerais: os processos criminais sobre roubo de gado, presentes no terceiro capítulo. Os relatórios do presidente da Província da Bahia, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, da Assembleia, assim como relatório sobre seca e sobre a ponte, mais precisamente no capítulo dois. É importante sinalizar que nesse segundo capítulo me alongo sobre o gado e isso se justifica não só pela carência de produções, mas pelo fato de que falar do gado é falar do cuidar, ou seja, do vaqueiro. Os resultados estão divididos em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta algumas produções que elegeram a temática como foco, assim, trato da bibliografia sobre vaqueiro e pecuária. É importante ressaltar que existe pouquíssimas produções sobre vaqueiro, pelo menos nas que se propõe analisar as relações de trabalho entre vaqueiros e fazendeiros de forma mais abrangente e complexa. Pois muito do que se tem sobre vaqueiro está mais restrita ao olhar romantizado, do vaqueiro como um ser de honra, fiel e submisso ao seu patrão, em se tratando dessa última visão também recorri a ela em certos momentos justamente por conta da limitação de produções mais amplas.

Entre os autores estão: Capistrano de Abreu, João Antonil, Euclides da Cunha, Luís Câmara Cascudo, Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, Washington Queiroz, utilizo também imagens de Percy Lau. E outros autores que se aproximam do estudo dessa pesquisa, especialmente Joana Nascimento Medrado, que a qualifico como a obra imprescindível para o desenvolvimento dessa temática, Raphael Rodrigues Vieira Filho, Erivaldo Fagundes Neves, Rodrigo Freitas Lopes, Alécio Gama dos Reis, Jackson Ferreira e Augusto Farinatti.

No segundo capítulo abordo pontos como os aspectos sociais, econômicos e naturais do sertão e principalmente o cotidiano do vaqueiro. Coube também apontar em que medida Jacobina estava envolvida no comércio do gado, não só regionalmente já que algumas províncias estiveram interligadas em prol da circulação e escoamento da produção pecuarista. Para que assim se possa saber a importância e o papel que o sertão de Jacobina representava enquanto zona pecuária na economia provincial, para além disso, tratar dessa importância significa reconhecer o grande papel desempenhado pelos vaqueiros nesse processo. Parto também da

premissa, de que mesmo se tratando das limitações no período oitocentista quando se tratava do comércio de gado as zonas de produções vizinhas se articulavam visando um mesmo destino final, o sucesso das conduções de boiadas e o lucro, estas análises foram possíveis principalmente pelos relatórios, citados anteriormente.

No terceiro capítulo me dediquei à análise mais detida de dois processos criminais, sobre roubo de gado, pois tratar de tais processos significa trazer à tona personagens fundamentais para essa pesquisa, vaqueiros e fazendeiros. São porta de entrada para acessar detalhes sobre o cotidiano dos trabalhadores do gado, os conflitos, as estratégias para obter melhores condições de vida e trabalho e de manutenção de um prestígio notadamente associado à própria profissão de vaqueiro.

CAPÍTULO 1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE PECUÁRIA E VAQUEIRO

O processo de adentramento e ocupação nos sertões começou pouco depois das explorações e povoamento dos litorais e se intensificou com a cultura do gado.⁹ Sendo a carne, um item indispensável na alimentação da população colonial, principalmente nesse período onde quase não se tinha ofertas de outros alimentos e, juntamente com a farinha de mandioca se apresentavam como itens base para alimentação. O gado foi, ao longo dos anos e sob ordens régias, afastado das zonas litorâneas para o interior da colônia, isto porque causava prejuízos às lavouras de cana. Ao compasso do afastamento do gado, novas passagens e novos caminhos iam sendo trilhados, possibilitando cada vez mais a colonização e a fixação das pessoas no sertão. Em meio a esse contexto de impasse da criação nas áreas litorâneas, os sertões¹⁰ então, se apresentaram como a melhor solução.

Como bem definiu Erivaldo Fagundes Neves, o sertão, desde o período colonial, de norte a sul, se apresentava como lugar distante, longínquo do litoral da América Portuguesa¹¹. Desse modo, sertão aqui, está pautado na acepção identificada no século XIX persistente na historiografia e na literatura, com dois sentidos: o primeiro, associado a ideia de semiárido, e o segundo referente as atividades econômicas e também seus padrões de sociabilidade, este diretamente ligado à pecuária¹². Considerando as duas acepções, nenhuma deixa de fazer sentido quando se refere ao sertão, especialmente está localizada a uma certa distância do litoral e marcada por escassez de chuvas e longos períodos de estiagem, tratarei deste aspecto e seus impactos mais adiante, no capítulo II. Quanto ao segundo,

⁹ Com a necessidade de reservar os massapês do Recôncavo para a cultura da cana, o governo metropolitano português instigou a ocupação do interior. Através da Carta Régia de 1701, proibiu a pecuária a menos de 10 léguas da costa atlântica. NEVES, Erivaldo. p.185.

¹⁰ Advindas da preocupação de demarcar e ocupar o território brasileiro, para que assim, se estabelecesse a ordem socioeconômica e instituições jurídico-políticas, o governo português tratou de adotar a medida de povoamento. Como bem observou Caio Padro Junior, “toda a história do Brasil não é senão a história do povoamento e ocupação de um grande território semideserto”, e foi nesse sentido que culminou a povoação nos sertões e a fomentação da urgência de novas explorações e atividades, como a pecuária, por exemplo. Nesse processo de colonização do Brasil, Portugal instituiu a propagação do latifúndio como modelo de propriedade para acesso à terra, “visando a monocultura como forma de exploração e riqueza como estrutura produtiva, e o escravismo como padrão de relações de trabalho”. Por essas circunstâncias, a pecuária se tornou, um dos principais fatores de povoamento dos sertões brasileiros.

¹¹ Sobre o conceito da palavra sertão ver: NEVES, Erivaldo Fagundes & MIGUEL, Antonieta (orgs.). Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia. Salvador: Arcadia, 2007.

¹² NEVES, 2003.

comportou no seu espaço a expansão pecuária, atendeu às demandas alimentícias não só internas, mas também externas, pois por décadas a população litorânea, especialmente Salvador, ficou dependente do abastecimento da carne bovina para a sua alimentação.

Em uma sociedade dependente do uso da terra, seu acesso desdobrou-se, da posse legitimada, por sucessões hereditárias e da comercialização pelos sucessores, de modo que formou com o passar dos anos em importantes pontos agropecuárias, e possibilitou a implantação de comércio locais e regionais, que atraíram as instituições políticas e sociais. Toda essa estrutura possibilitou e promoveu a produção de subsistência, uma certa autonomia de abastecimento e também mercado colonial com o excedente produzido.

Nesse sentido, como bem assinala Neves, os sertões baianos desempenharam um importante papel para a formação da estrutura fundiária brasileira. Tendo como vetor de povoamento a pecuária, seu adentramento se deu por essa via, com a incorporação do gado vacum¹³. Como foi ressaltado essa atividade apresentou-se como conveniente por diversos motivos, tanto pela necessidade de afastar a criação desses animais próximos às plantações (lavoura de cana-de-açúcar), ou ainda enquanto alternativa de povoar e adentrar o sertão e principalmente pelo fator econômico, subsistência, abastecimento e o lucro.

Como extensão da conveniência da incorporação e incentivo da criação de gado, além do fator lucrativo e fundamental para subsistência, (por ser um dos importantes itens alimentício como já foi mencionado anteriormente), ainda caracterizava-se por apresentar algumas vantagens como as citadas por Abreu, ao informar que o “gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias”, outro fator era a comodidade, “dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar”, e por fim, necessitava de “pessoal diminuto, sem traquejamento especial”, consideração primordial num país de população rala no período colonial, “quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia

¹³ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local) 2ª ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008. 386p. p.63.

alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha”.

Sobre a vinda do gado para o Brasil, segundo Rodrigo Freitas Lopes¹⁴, as informações constataam que se deu da:

Crescente demanda populacional, formadora do mercado interno na colônia, e do desenvolvimento da estrutura produtiva da plantation açucareira, no século XVI, providenciou-se a introdução do gado bovino no Brasil, por obra de D. Ana Pimentel, esposa do capitão Martim Afonso de Souza, na capitania de São Vicente, em 1534. Ato contínuo, após ser trazido das possessões lusitana de Cabo Verde, o gado também foi introduzido na capitania da Bahia por Tomé de Souza (...) As primeiras vacas que foram para a Bahia, escreve Gabriel Soares, levaram-se de Cabo Verde e depois de Pernambuco, as quais se dão de feição que parem a cada ano(...)¹⁵.

A esse respeito, Capistrano de Abreu, em seu livro: *Capítulos de história colonial*, também informa sobre cartas e ordens tratando-se da necessidade de gado para povoar a terra, “Gaspar de Sousa apresentou nove navios, cinco dos quais grandes, com mais de novecentos homens, muito armamento e dinheiro, plantas e gado para povoar a terra”¹⁶. Neves acrescenta que a incorporação do gado no Brasil colônia, originou-se do “cruzamento espontâneo de raças vindas de Portugal e Espanha, numa confusa zootecnia natural, que miscigenou mais tarde com espécimes holandesas e francesas”¹⁷. Conseqüentemente ao decorrer do tempo, os cruzamentos nos sertões foram ocorrendo aleatoriamente, e como assinalou o autor, com a soma do fator climático e à natureza das forragens nativas, “atrofiaram ou degeneraram a espécie”. Através desses processos de mestiçagem, aclimatação e forragem surgiu a espécie “crioula”, também conhecida como “curraleira”. Em seus estudos a respeito da inserção do gado no Alto Sertão da Bahia, o autor exemplifica que:

Denominou-se o gado “crioulo” ou “curraleiro” de “peduro”, talvez pela resistência que desenvolveu nas adversidades climáticas e precárias condições de forragem nas secas sazonais. Pouco ou nada se conheciam sobre técnicas de melhoria genética do gado na região, além do aprendizado empírico. Consideravam-se basicamente o porte físico da rês e a capacidade de lactação das vacas¹⁸.

¹⁴ LOPES, Rodrigo Freitas. Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873). -- Salvador, 2009. 153 f.

¹⁵ LOPES, 2009.

¹⁶ ABREU, 1998.

¹⁷ NEVES, 2008.

¹⁸ NEVES, 2008, p.189.

Por meio então da pecuária, mais especificamente da criação de gado, que possibilitou a efetivação da colonização no sertão, a circulação e movimentação de um produto lucrativo, pois muito que se criava nos sertões tinham a finalidade de atender um mercado consumidor, o qual “transferia os excedentes da produção de alimentos, por intermédio das feiras e das fazendas de gado”¹⁹.

Eurico Alves Boaventura também informa sobre a pecuária no sertão, afirmando que, o “boi foi o grande descobridor do sertão, onde se fundou uma “civilização do pastoreio” que tinha na “fazenda de criar” o símbolo maior de sua “origem” e no “curral” a sua “identidade”. Segundo ainda esse autor, essa “civilização” (pecuarista) se opunha à “civilização do açúcar” e a ela nada devia²⁰. Essa exaltação evidencia o orgulho e o reconhecimento dessa atividade e certamente ele estava atribuindo a sua importância e necessidade principalmente para a demanda colonial, onde a carne de gado, se fazia necessária, e assim como a cultura da cana, seu produto gerava grande lucratividade.

Um outro fator proporcionado pelo gado, foi a abertura de estradas, como percebe-se pela informação de Alécio Gama dos Reis, sobre o deslocamento dos rebanhos. Segundo ele, ao se deslocar com o gado em “direção à Capital da Colônia deu origem às grandes estradas que cortaram o sertão baiano”, como por exemplo, a Estrada Real do Gado. Acrescenta ainda que esta partia de, “Cachoeira, atravessava o atual território do município de Feira de Santana, Conceição do Coité, e de lá, bifurcando em direção a Jacobina e Juazeiro”. E que outra dessas grandes vias “partia de Salvador em direção aos sertões de Pernambuco através de Jeremoabo, uma ramificação desta chegava também até Jacobina”²¹. Tratarei a respeito da importância de Jacobina e o seu papel enquanto local de cria, fornecimento e passagem de boiada, nos próximos capítulos.

Não só a carne se apresentava como importante, o couro também ofertava seus atributos principalmente no período colonial, ocupando espaço de notoriedade e funcionalidade, e visto como um dos itens mais importantes de exportações brasileira, no início do século XVIII. Erivaldo Neves, nos apresenta detalhes importantes dessas transações:

¹⁹ NEVES, p.192.

²⁰ BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Editora: EDUFBA, 458 p. Edição: 1ª, 1989. Citações, respectivamente: p. 24 e p. 58.

²¹ REIS, p. 59-60.

O couro de boi 'em cabelo' custava, na Bahia, dois mil e 100 réis e curtido, três mil réis. Exportava-se um meio de sola, com todos os encargos, 'direitos' e transportes até o navio, por mil, 980 réis. Saíam, por ano, do porto da Bahia para Portugal, nesse mesmo tempo, 50 mil meios de sola, no valor de 99 contos de réis, enquanto as exportações totais de couros do Brasil atingiam o montante 200 contos réis²².

O couro estava presente em praticamente quase tudo. A respeito disso, Abreu diz que:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz²³.

Pode-se notar a partir das retratações acima, que as destinações do couro se propagava em diversos espaços: nas moradias, nos partos, nas cordas, nos utensílios domésticos e de viagens, e nos diretamente ligados ao cotidiano com o trabalho pecuário, como a vestimenta e os arreios.

Como se sabe, por muitos anos o meio de circulação e transporte de mercadorias eram realizadas através de animais, já que não havia outros meios disponíveis. Para vaquejar por exemplo, era imprescindível a utilização do cavalo. E esse animal além de ser o meio de transporte, também se fazia presente nas atividades diárias do vaqueiro ao lidar com o gado. Já para o transporte de cargas, geralmente as mulas, espécie híbrida do equino e do asinino ou então os burros, em geral, destinavam à montaria, para acompanhar tropas e em outras viagens de longo curso, as quais foram realizadas intensamente. Para os carregamentos locais, empregavam também o jumento, este chegou ao Brasil, trazido "da Andaluzia, na Espanha, e da África. Adaptou-se bem às escassas pastagens do semiárido, e foi usado para montaria e carga, em pequenas distâncias"²⁴.

²²NEVES, 2008, p. 191.

²³ABREU, 1998, p. 135.

²⁴NEVES, 2008, p. 187.

É interessante abordar um pouco sobre esses animais porque eles estiveram muito presentes na região aqui estudada, e ao que se indica possuir muares significava rentabilidade e com o passar do tempo a própria região já ofertava a opção de venda dos mesmos, pois segundo sinalizou Ferreira, ao estudar tal região a partir do estudo de um casal analisou o inventário dos mesmos e notou que sua maior fortuna provavelmente era advinda da cultura de exportação e de consumo nos mercados regionais. Isto justifica-se pela grande quantidade de éguas e jumentos pastores para produção de muares.²⁵

João Antonil informa um pouco como se desdobrava as práticas pecuaristas e as estratégias de convivência ao aproveitar-se da disponibilidade do habitat natural. Notoriamente, o processo da atividade agropecuária foi se adaptando as disponibilidades encontradas e proporcionadas pela natureza, pelas quais permitiam a manutenção dessas práticas, ainda mais no século exemplificado por ele, o XVIII, onde se ainda detinha poucos recursos. Por isso era muito comum a cultura da criação do gado de forma extensiva. A esse respeito o autor afirma que:

As fazendas e os currais do gado se situam aonde há largueza de campo, e água sempre manante de rios ou lagoas, por isso os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do rio das Rãs, na do rio Verde, na do rio Para-mirim, na do rio Jacuípe, na do rio Ipojuca, na do rio Inhambuque, na do rio Itapicuru, na do rio Real, na do rio Vaza-barris, na do rio Sergipe e de outros rios, em os quais, por informação tomada de vários que correram este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais, e, só na borda aquém do rio de São Francisco, cento e seis. [...] se tem por certo que passam de meio milhão [de cabeças de gado]²⁶.

Com a prática da pecuária, se tornou indispensável mais uma figura no sertão: a do vaqueiro. Facilmente distinguível dentre os outros trabalhadores pela a sua indumentária, seja pela calça, esporas ou relho. Portando pelo menos uma das peças ou vestes de couro, e para complemento, gibão, jaleco ou peitoral, calças, perneiras, luvas e chapéu. A este competia a lida com o gado, como definiu Luís Câmara

²⁵ FERREIRA, Jackson. **Gurgalha**: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (morro do chapéu, século XIX). Salvador, 2014. p. 114.

²⁶ ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. [s.p.], especificamente a Quarta parte: I - Da grande extensão de terras para pasto, cheias de gado, que há no Brasil. Cit. P. 59.

Cascudo²⁷, no Dicionário do Folclore Brasileiro, o vaqueiro é o “pastor de gado, guarda das vacas, pastor dos bezerros, figura central do ciclo pastoril”²⁸.

Dentre as suas funções e aptidões, os conhecimentos específicos eram os pontos-chaves para se relacionar com a diversidade de cada rês em particular e cada situação distinta. Pois, cada saber do vaqueiro no trato com o gado, ocasionados pelos desafios que o cotidiano impusera, eram de extrema valia, e iam desde os mais simples ao mais delicado, como por exemplo, identificar um rastro (se a rês passou por muito tempo naquele local, pra onde a pegada do casco direcionava a ida do animal), a destreza com o laço, seu grito, ou mesmo, nos auxílios com os partos das vacas, quando estas apresentavam problemas com o nascimento do bezerro, e este mesmo sem ter conhecimentos científicos ou estudos necessários, sabia lidar com situações desse tipo.

Como bem sinalizou Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro em seu artigo *Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro*, a cultura da pecuária exigiu muito trabalho. O autor critica algumas associações que foram propagadas nos primeiros estudos sobre o tema, por esses abordarem a atividade pastoril com associação entre criação e ócio, pecuária e fazendeiro ausenteísta, gado estagnação técnica. Pois, para ele, apesar de “o serviço direto não recair sobre o fazendeiro, cabia ao vaqueiro campear por vastas extensões, dominar muitas técnicas enfrentando uma natureza hostil e incerta”, por este fator ele ainda acredita que, nas regiões de pecuária seu ofício “deu a base para criar muitas lendas”²⁹. Sobre estas lendas, o autor afirma que elas se:

Esparrama pelo imaginário deste rural. Visto na memória do fazendeiro, na lembrança do agregado, nos casos contados nas antigas zonas de pecuária, o vaqueiro se agiganta, transforma-se no maior dos personagens. Ele se iguala em expressão à fazenda de gado porque é seu símbolo; marca estórias e produção cultural³⁰.

A partir dessa breve exposição, verifica-se que o gado nas fazendas exigia um acompanhamento regular, embora inconstante. Solto nos pastos, possivelmente

²⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª ed., Edouro: Rio de Janeiro, 1954.

²⁸ CASCUDO, 1954.

²⁹ RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. *Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 10, abril 1998, p 136.

³⁰ *Idem*.

desacostumado às pessoas, bravo e arisco, era preciso constantemente vigiá-lo, e os vaqueiros faziam isto diariamente. Ainda de acordo com Áureo Eduardo M. Ribeiro, os vaqueiros “vigiavam áreas, retiros, pastos, mangas, grotas ou currais – os nomes variavam – onde costumavam ficar certos grupos de gado”, complementa que, este serviço “exigia a viagem até o pasto, às vezes viagens de léguas, e constantemente alguma rês carecia de trato, apartação ou medicação”³¹. Certamente por conta dessa vida aventureira e coragem posta em desafio todo dia que os vaqueiros demarcaram sua profissão para um espaço privilegiado que os diferencia em suas atividades rurais. A este respeito, Ribeiro explica que tal prestígio surgiu das lidas com bois curraleiros dentro de macegas e capoeiras. E como visto anteriormente sobre os meios de condução disponíveis (cavalo, burro, jumento, carro de boi), o êxito para realizações dessas atividades dependia do uso de cavalos mansos, bem como de arreios e laços.

Em suma, pode-se afirmar que aos vaqueiros competiam a lida diretamente com o gado, e incluía diversas tarefas como: a troca de um pasto para outro, o cuidado com as bicheiras dos animais e também a realização de serviços associados à criação, como conserto de cercas (quando se tinha, pois na maioria dos casos o gado pastava à solta, de forma extensiva e sem cercamento), e limpeza dos bebedouros dos animais, ou a condução da boiada para locais de oferta de água, como cacimbas, açudes, riacho, rio ou lagoa. Nesse sentido, Ribeiro chama à atenção que muitas vezes era um serviço:

Que não prescindia do ferrão para enfrentar gado bravo nas apartações, e ao usar aquela zagaia³² para boi o vaqueiro deveria possuir adestramento e sangue-frio bem dosados, para medir a altura do redemoinho da rês, firmar a ponta da vara sem vacilar, dar o recuo certo – “remar”, como definem eles – para garantir que a topada fosse uma e acertada, porque naquela disputa não existiam duas chances. Laço e chinha também eram fundamentais para curados gabarros e bicheiras porque nem todo gado chegava ao curral, e nem sempre os currais eram perto³³.

Nota-se a partir dessa explanação, que o autor apresenta outros atributos inerentes na relação do vaqueiro no seu trabalho. Descortina aparatos que ultrapassam os aspectos manuais e põe em jogo elementos mais meticulosos que

³¹ RIBEIRO, p. 137.

³² RIBEIRO, p. 138-139.

³³ RIBEIRO, p. 138-139.

estão envolvidos no momento do laço, por exemplo. Por isso, na maioria das vezes, ações como esta necessitavam de dedicação, que por sua vez garantia um bom resultado. Seguindo a lógica do autor, em alguns momentos, talvez na maioria deles, exigia-se desse trabalhador: “paixão de caçador ao gado arribado, pronto atendimento à vaca que expunha a ‘madre do corpo’, conhecimento dos sestros das reses do rebanho para encontrá-la nos esconsos”³⁴, dessa forma, essas práticas eram essenciais numa cultura pecuária de soltas.

O Trabalho na pecuária além de demandar tempo, caracteriza-se como incerto, aventureiro e o trabalhador diretamente suscetível a inúmeros riscos, já que se labutava com o *indócil*, exigindo-se assim, destreza e treino. E ao lidar com gado bravo, o colocava em prova, pois, como nos explica Ribeiro:

Gado criado solto embrabecia; então o vaqueiro devia dominar um serviço que exigia anos de adestramento: laçar gado bravo, domar animais de sela, amansar vacas de leite, dar campo em mangas sem fecho, colocar em boiada gado arribado que passava às vezes meses ou anos sem ver curral; era um serviço especializado³⁵.

O gado normalmente criado à solta, certamente a categoria que mais passava por processo de adestramento eram as vacas leiteiras, pois, o vaqueiro que tirava leite para destinações dos seus derivados para própria subsistência ou apenas para vendê-lo, fazia-se habitualmente todos os dias.

A respeito do seu pagamento por estes e outros serviços, geralmente se dava pela política compreendida como apartação, o sistema de sorte no qual se configurava em um momento de reunir e diferenciar o gado solto, pois em razão da inexistência ou precariedade das cercas, o gado frequentemente se misturava ao de outras fazendas. Depois de reunido e apartado era realizado uma marcação com ferro quente nos quartos traseiros dos animais novos, nascidos no período entre as apartações, nesses ferros, normalmente continham um símbolo com as iniciais do nome do dono e tinham a função de demarcar como sua propriedade e evitar que se misturasse com outras boiadas e gerasse contestação de bens. Portanto, costumeiramente se retribuía os serviços dos vaqueiros em gado e na ocasião

³⁴ RIBEIRO, 1988, p. 143.

³⁵ RIBEIRO, 1988, p. 38.

realizava-se as partilhas, também chamadas de “sorte”, isso porque os vaqueiros recebiam um de cada quatro ou cinco bois nascidos no ano.

Tradicionalmente o vaqueiro foi estudado e apontado como um personagem que vivia para cuidar do gado do patrão e a este deveria ser apenas subserviente, fiel, dedicado e obediente ou ainda exaustivamente enfatizado como uma figura heroica. Permeada por construções estereotipadas, enclausurado como um herói, o guerreiro, como por exemplo na representação literária de Euclides da Cunha, ao descrever que:

As vestes são uma armadura. Envolto no gibão de couro curtido, de bode ou de vaqueta; apertado no colete, também de couro; calçando as perneiras, de couro curtido ainda, muito justas, cosidas às pernas e subindo até as virilhas, articuladas em joelheiras de sola; e resguardados os pés e as mãos pelas luvas e guarda-pés de pele de veado – é como a forma grosseira de um campeador medieval desgarrado em nosso tempo. Essa armadura, porém de um vermelho pardo, como se fosse de bronze flexível, não tem cintilações, não rebrilha ferida pelo sol. É fosca e poenta. Envolve ao combatente de uma batalha sem vitórias³⁶.

Vale ressaltar que o período dessas produções literárias fazia parte do projeto nacional de consolidar construções identitárias com o propósito de enfatizar as particularidades da relação homem/ambiente/região. No qual se procurava ainda descrever os tipos dos aspectos regionais com o “esforço de legitimação, de fixação da realidade viva, de reconhecimento das identidades regionalizadas na dureza do trabalho e precariedade do meio ambiente”³⁷, características marcantes também na produção das representações nacionais de Percy Lau, logo abaixo.

A análise que fez Euclides da Cunha da formação social do baixo São Francisco, também é consoante a isso, ele definiu os três personagens centrais dessa história: o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro, sendo que este último “bravo e destemeroso como o primeiro, resignado e tenaz como o segundo, tinha a vantagem de um atributo que faltou a ambos – a fixação ao solo”.³⁸

³⁶ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984, p. 68.

³⁷ ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. jul.- dez. 2005, citação da p. 42.

³⁸ CUNHA, p. 55.

Tal visão perdurou-se por décadas, como efeito resultaram-se na propagação e reafirmação da construção desse personagem nordestino reservado a um espaço excluído e silenciado enquanto vida pessoal e enquanto opiniões próprias.



Figura 10 – Vaqueiro do Nordeste, desenho de Percy Lau para Tipos e aspectos do Brasil. Acervo da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Encontrado em: Os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. jul.- dez. 2005, p. 40

1.1 Representações no mundo ficcional e na historiografia

Em diferentes produções realizadas ao longo do tempo por literatos, memorialistas, folcloristas, músicos, cordelistas, repentistas entre outros, a figura do vaqueiro foi representada, e quase sempre caracterizada pela sua coragem e destreza, como também hombridade, muitas vezes envolto em mistérios, encantos e braveza. A junção desses elementos norteou as bibliografias e contribuiu para reforçar tal visão desse trabalhador.

Essas características são elucidadas pelos autores, quando descrevem ou analisam o dia-a-dia do vaqueiro, retratando que os mesmos colocavam sua vida em risco na pega de um boi ou nos caminhos que trilhavam com as boiadas a procura de melhores pastos, açudes e em viagens para as feiras semanais, além do mais, exaltaram as ações mais dificultosas como: pernoitar na caatinga, passar a noite curando bicheiras ou acompanhando o parto das vacas do rebanho.

As produções artísticas e literárias que tratam do tema vaqueiro são diversas, no entanto, restrinjo a partir de agora no tocante a pesquisas e estudos acadêmicos, as quais ainda são limitadas. Apesar de toda a sua representatividade, tradicionalmente no campo da historiografia, o vaqueiro foi um sujeito silenciado, os historiadores do século XX absorveram de forma acrítica as imagens do vaqueiro produzidas pelas obras literárias memorialísticas, como afirma Alécio Gama dos Reis, ao que ele chamou de “vertente historiográfica economicista totalizador na década de 1960, que atribuiu à pecuária e aos vaqueiros uma perspectiva subalterna” no que se refere ao contexto de formação histórica do Brasil, e culminou na produção de um “silêncio sobre esses sujeitos que só recentemente tem sido rompido”³⁹.

Embora seja importante os escritos dos memorialistas, se faz importante atentar sobre a visão clássica dos autores que retrataram sobre os vaqueiros, pois o principal apoio de sustentação das suas ideias eram extraídas de relatos de viajantes, e que muitas vezes podem ter sido analisados, ou somente descritos de forma superficial e equívoca, ao utilizarem-se apenas deles, não se conseguiu abordar as realidades das relações de trabalho e nem enxergar a complexidade existente nessas relações, sejam pela limitação da fonte em si ou pelas visões empregadas.

³⁹ REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi farpa o homem**: das memórias dos vaqueiros do campo sertão de Irecê (1943-1985) Feira de Santana, 2012, p. 24.

Justamente por esse motivo que a incorporação de outras fontes são de extrema importância para as pesquisas mais atuais, elas proporcionaram outros olhares e apresentaram novos perfis.

Apesar desse interesse pelo tema por parte de historiadores ser recente, há algumas produções fundamentais, que abordam o vaqueiro e suas nuances pelo mesmo viés pretendido nesse estudo. Não é minha intenção fazer uma longa apresentação desses estudos realizados, mas sim, focar em algumas referências básicas para discorrer acerca do assunto e conhecer sobre esse personagem tipicamente sertanejo.

Trilho não só pelos caminhos do gado, mas do vaqueiro também, para conhecer um pouco do seu cotidiano na labuta com o gado e suas estratégias para obter melhores condições de vida e trabalho, suas redes de relações, de manutenção de prestígio diretamente associado à própria profissão em si, bem como as tensões e os conflitos.

E nesse sentido, um bom exemplo de pesquisa sobre vaqueiro e suas relações de trabalho é a tese de Joana Medrado Nascimento. O diferencial da autora se justifica pelo contraponto com a visão tradicional de retratar o cotidiano do vaqueiro sem levar em consideração que o mesmo teve como subsídio a própria necessidade do patrão em ter um empregado subserviente, sem analisar ou reconhecer que o mesmo também se utilizava desta simbologia para se auto firmar e valorizar a sua profissão e a sua coragem.⁴⁰

Ao enfatizar as análises das relações de trabalho, da cultura política na pecuária e a dominação estabelecida entre fazendeiros e vaqueiros tendo por delimitação espacial e temporal, Geremoabo entre 1880 e 1900, Nascimento define tal região como tradicionalmente pecuarista do nordeste baiano. Sua obra é de grande valia por apresentar discussões da cultura política da pecuária, e possibilitar a visibilidade ao vaqueiro, nos seus variados aspectos, seja ao tratar das produções literárias ou, ao apresentar um contraponto dessas produções e ao mesmo tempo focalizar a complexidade de suas particularidades e relações.

Majoritariamente, o vaqueiro sempre foi visto em suas relações de trabalho de uma forma bastante amistosa, como um ser pautado na “confiança mútua e servidão

⁴⁰ NASCIMENTO, Joana Medrado. **Terra, laço e moirão**: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). 2008. 188 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2008.

inconsciente”. A mudança desse cenário e o alargamento de novas perspectivas se deu por meio da análise das fontes, a exemplo de processos criminais e civis sobre a temática, particularmente os criminais, por proporcionarem um novo olhar sobre o vaqueiro, possibilitando a desmistificação e apontando outras nuances dessas relações, como o conflito, estratégias utilizadas pelo vaqueiro, relações de dominação e de dependência no contexto da pecuária e também suas sutilezas e resistências.

Outros autores também elegeram o tema para estudo, como Augusto Farinatti⁴¹. Só que neste caso é uma pesquisa voltada para a região sul do país, a diferença não está apenas nesse quesito, mas também na perspectiva de suas análises, como por exemplo sua opção por estudar a elite e não o trabalhador. A centralidade da sua pesquisa se configura em estudar a composição, lógica social e as estratégias da elite agrária do município de Alegrete, que segundo ele caracterizou-se como principal zona pecuária do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1825 e 1865.

Mesmo estando voltada para essas questões serve como apoio para se conhecer e ampliar sobre o assunto, pois o autor enfatiza sobre a importância da pecuária e as nuances do trabalho agrário, ao apontar sobre os conquistadores da terra e como foram fixando os povoamentos e constituindo estâncias a partir da criação de gado, seu estudo apontou, através de suas fontes, principalmente por inventários post mortem que, “a classe dominante local tinha sua riqueza assentada em uma base predominantemente agrária”⁴². Mais uma vez, percebe-se que a pecuária era um importante meio lucrativo que possibilitava a ascensão social e atendia a uma demanda comercial.

Reis, também é um autor que em sua pesquisa de mestrado intitulada *O que farpa o boi farpa o homem: Campo das memórias dos vaqueiros do sertão de Irecê (1943-1985)*, embora trate do século XX, vem abordar justamente sobre o vaqueiro, trazendo também a discussão da questão do sertão e da pecuária. Uma perspectiva que se aproxima da de Joana Nascimento é o fato do autor, optar por dar vozes aqueles mais subalternos, no caso, o vaqueiro⁴³. Repleta por indagações e relatos de vaqueiros, juntamente com o entrelaçamento narrativo, os quais tornaram a leitura

⁴¹ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865), Rio de Janeiro, 2010.

⁴² *idem*.

⁴³ REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi farpa o homem**: das memórias dos vaqueiros do campo sertão de Irecê (1943-1985) Feira de Santana, 2012. 363 f.

mais prazerosa e enriqueceram ainda mais a pesquisa, ao dar voz e vez aos vaqueiros. A exposição de todas as nuances envolvendo esses trabalhadores evidenciam novos olhares e apontam o que classifica alguém ser vaqueiro, isso pelas próprias concepções deles, de acordo com as suas experiências, angústias, honras, lembranças, enfim, todo o convívio nas suas relações de trabalho.

Esse autor apresenta um panorama a respeito das novas abordagens sobre o vaqueiro, as quais quebram e desafiam o paradigma tradicional. Para ele, Francisco Carlos Teixeira da Silva em muito contribuiu nesse quesito, pois ao abordar em seus estudos a dinâmica pecuária e os seus trabalhadores, descortinou elementos até então silenciados. Segundo Reis, Teixeira pôde constatar em seus estudos que:

O vaqueiro dos tempos imperiais e coloniais era um homem livre, ocupava posto de prestígio dentro das fazendas, tinha acesso aos seus senhores, o sistema de partilha lhe permitia adquirir terras e por vezes tornavam-se credores dos próprios fazendeiros. Para ele, o vaqueiro podia ainda criar animais seus e de vizinhos ao mesmo tempo, recebendo por esse serviço⁴⁴.

Dessa forma, o vaqueiro passa a ocupar também uma posição de sujeito na história, e suas relações de trabalho estão imersas em complexidade, desmistificando assim, a visão tradicional e unilateral de enxergar esse ser apenas como subserviente, sem capacidades de negociações e mobilidade.

Esse pensamento também se aproxima da pesquisa de Nascimento. Como mencionado anteriormente, ao eleger o vaqueiro e suas relações de trabalho, a autora analisa de forma incisiva e aponta para a complexidade dessas relações, muitas vezes permeadas por conflitos, resistências e estratégias.

A partir dessas pesquisas citadas, depreende-se, nessas novas abordagens teóricas e metodológicas que o vaqueiro ganha elementos que antes não se apresentavam, como as relações familiares, tão abordadas por Farinatti e a complexidade das relações de trabalho, tão bem expostas por Nascimento, o direito a voz, concedido e elaborado por Alécio Reis.

Em suma, todas essas produções citadas, contribuíram para o afastamento das visões de servidão inconsciente, subalternidade econômica sem negociações e relações de barganha, e até mesmo a visão enclausurada, pautada no heroísmo

⁴⁴ Citação encontrada na pesquisa de REIS, 2012, p. 33, com base na obra: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. In.: **O trabalho**: vaqueiros, cabras e escravos. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: UFRRJ, nº 8, abr/1997.

amplamente popularizada, pois acredito que ao associá-lo como um personagem heroico, corre-se o risco da mitificação do ser e de não enxergar a realidade do convívio e do cotidiano do vaqueiro, em que nem sempre se resumia em atos e atitudes de heroísmo, mas de luta diária, de desafios temerosos, de angústia, enfim, de um ser suscetível a erros e a medos.

CAPÍTULO 2. O SERTÃO DE JACOBINA NO CENÁRIO PECUARISTA

Para o desenvolvimento desse capítulo abordarei pontos cruciais como os aspectos sociais, econômicos e naturais do sertão. Cabe também apontar em que medida Jacobina estava envolvida no comércio do gado, não só regionalmente já que algumas províncias estiveram interligadas em prol da circulação e escoamento da produção pecuarista. Para que assim se possa saber a importância e o papel que o sertão de Jacobina representava enquanto zona pecuária na economia provincial. Para além disso, tratar dessa importância significa reconhecer o grande papel desempenhado pelos vaqueiros nesse processo. Levanto também a premissa, de que mesmo se tratando das limitações no período oitocentista quando se tratava do comércio de gado as zonas de produções vizinhas se articulavam visando um mesmo destino final, o sucesso das conduções de boiadas e o lucro.

Como sinalizei no primeiro capítulo, restringirei aqui ao sertão da Bahia, a comarca de Jacobina. Ao que parece se apresentou como importante entreposto de cria e recria de gado, descanso, e também local crucial de passagem de boiadas. Desde os primeiros escritos sobre a colonização no interior, tem-se menções sobre suas atividades pecuaristas.

É importante destacar que embora a temática sertão já tenha sido retratada por algumas pesquisas clássicas, mencionadas no capítulo anterior,⁴⁵ só recentemente tem ganhado a atenção da historiografia baiana de forma mais complexa. Há estudos riquíssimas e notoriamente aos poucos tem ganhado cada vez mais espaço e despertado o interesse de pesquisadores⁴⁶. Nesse sentido, é a esses estudos mais recentes que recorrerei na medida que adentrarmos nos aspectos pecuaristas de Jacobina, mais precisamente no mundo de trabalho dos vaqueiros, que é o grande objetivo dessa pesquisa.

⁴⁵ A exemplo de ABREU, ANTONIL, BOAVENTURA, etc.

⁴⁶ Raphael Rodrigues Vieira Filho, em 2006, com a tese de doutorado *Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX*, surge como o primeiro trabalho de grande fôlego que buscou compreender a dinâmica da escravidão naquela parte do sertão baiano. Utilizando-se de riquíssimas fontes, o trabalho desse historiador, ainda que tenha como objetivo central analisar a vida dos escravos e afrodescendentes, tem ajudado a entender o processo de ocupação e organização administrativa do grande município de Jacobina, ao qual Morro do Chapéu esteve intimamente ligado durante todo século XIX sendo um dos seus distritos. Vale ressaltar também que minha escolha pela temática vaqueiro surgiu a partir dessa tese, pois me possibilitou enxergar Jacobina com novos olhares e perceber sua riqueza e importância histórica.

Através dos estudos de Erivaldo Fagundes Neves, se evidencia a descrição sobre a demarcação territorial de forma mais geral e da participação de Jacobina na economia pecuarista. Segundo ele, as expansões “subiu de norte para sul, à margem direita do São Francisco, a partir de Jacobina e Morro do Chapéu;” já em sentido contrário, avançou de “Januária, Montes Claros e adjacências, para ocupar, também, o vale do rio Pardo, em Minas Gerais”⁴⁷. Essas *localidades sertanejas*, assim chamadas pelo autor, embora estivessem distantes do litoral e do centro comercial, estavam ligadas constantemente por relações de trocas e negócios, e isso acontecia justamente por conta do comércio do gado.

De acordo com Rodrigo Freitas Lopes, o sertão baiano configurou-se tipicamente por sua atividade econômica agropecuária, pois as fazendas de gado atingiam “bons níveis de produção de rebanhos, garantindo a sua subsistência e o abastecimento da capital”⁴⁸. Em se tratando do comércio provincial, “essas fazendas faziam do sertão baiano uma zona de produção de rebanhos bovinos”, certamente por essa questão ele alerta que alguns autores se referem por vezes “a essas unidades produtoras sertanejas, como Fazendas ou Currais, outras vezes usam as duas expressões juntas, depende muito da região”.⁴⁹

As contribuições não se resumiram apenas ao fornecimento de gado para o abastecimento de carne verde para atender ao mercado de Salvador, a comarca de Jacobina também fazia parte de um dos caminhos de passagem de boiadas e de local de descanso. Como se pode ver no documento abaixo, Morro do Chapéu aparece como importante local de descanso e pastagem, durante o processo da viagem dos rebanhos até Feira de Santana, e isso fez com que o governo provincial solicitasse em 1858, a construção de uma nova estrada que ligasse as duas feiras sertanejas, tidas como “dois interessantes mercados de gado”, e para além disso a indicação de outras províncias no processo de abastecimento com outras províncias, assim:

A intenção do governo provincial era reunir nas “soltas” de Morro do Chapéu e Feira de Santana todo o gado proveniente do Piauí e de Goiás, para, depois de registrado, ser distribuído aos mercados consumidores, dos quais o principal era a Cidade da Bahia e, em menor escala, localidades do Recôncavo, como Cachoeira e Santo Amaro da

⁴⁷ NEVES, 2008, p.187.

⁴⁸ LOPES, 2009, p. 19.

⁴⁹ *Idem*.

Purificação, que junto a Capoame e São João da Mata, eram feiras de gado com volume de negócios importante no período colonial. A Feira do Capoame deteve ao longo do século XVIII, a posição de mais importante feira de gado da então Capitania da Bahia e de todo o nordeste da então Colônia, sendo citada por vários autores. Nos documentos do século XIX, aparece ainda até início dos anos 1830, como feira e Registro de gado, mas então já dividindo as atenções com a florescente Feira de Santana⁵⁰.

De acordo com Macio de Andrade Nascimento, no que se refere as práticas pecuaristas:

Morro do Chapéu seguiu esta trajetória e seu nome ressoava, desde os gabinetes e missivas dos poderes constituídos até os sertões dos vaqueiros, pastadores, passadores e tangedores de boiadas, como local de apoio, descanso e engorda de gados vacuns, muares e cavaleares. Lentamente, através de sua dinâmica econômica, forjou-se uma identidade própria para esta região. Um conjunto de características específicas, direcionadas ao universo pecuarista. Suas fronteiras não eram simplesmente determinações geográficas, mas, antes disso, ligavam-se diretamente ao seu caráter econômico, criando laços com outros espaços.⁵¹

Mais uma vez, nota-se que Morro do Chapéu tinha um papel importante no acolhimento dos trabalhadores envolvidos em conduções de animais, de recria e de passagem, e assim promovia a circulação e envolvimento de pessoas para além de suas barreiras locais. Como acrescenta Lopes, no período aqui estudado existia-se três rotas principais por onde as boiadas alcançavam o destino final do Registro e feira de gados da Vila de Feira de Santana:

A rota do São Francisco a partir de Goiás e a rota do São Francisco a partir do Piauí⁵², que tinham como principal mercado de gado, a Vila de Barra do São Francisco e a rota de Pernambuco, que cruzava o São Francisco na altura de Juazeiro, e descia em direção à Jacobina. No início dos anos oitocentos, as localidades baianas, percorridas por todas essas rotas, estavam juridicamente subordinadas à Comarca de Jacobina⁵².

⁵⁰ Documento encontrado em: LOPES, 2009, p. 24. Há também o documento do concerto da ponte: *A obra do concerto da ponte do Rio Itapicurú-mirim, da Comarca de Jacobina, para a qual foi marcada na Lei nº 86 de 4 d'Agosto de 1838 a quantia de 300\$ rs, succedeo, que depois de estar arremattada cahisse a mesma ponte, não podendo por isso ter effeito o respectivo contracto, e dever antes ser construído de novo; attendendo a que he hella que serve de transito para as Províncias de Minas, e Piauhy, e para as Comarcas do rio do São Francisco, e Sento Sé...*

⁵¹ NASCIMENTO, Macio Andrade. **Roças, currais e garimpos**: o trabalhador livre e pobre no sertão baiano dos oitocentos. Morro do chapéu (1848-1889). Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus. 2014, p. 24.

⁵² LOPES, 2009, p. 26.

Jacobina era “cabeça de Comarca”, isso devido tanto a sua posição estratégica nas “Estradas Reais do Gado, entre Bahia, Piauí e Pernambuco, tendo sob sua jurisdição importantes centros produtores de gado, como a Vila da Barra do Rio São Francisco e Juazeiro”. E só a partir de 1820, por “ordem de D. João VI, criou-se a Comarca do São Francisco, desmembrando importantes localidades até então formadoras da grande Comarca de Jacobina”⁵⁴.

A seguir, informações mais detalhadas de como a Bahia estava dividida, em se tratando do:

Início do século XIX, a Bahia estava dividida em seis comarcas: a da Capital (que compreendia a cidade de Salvador e seu Recôncavo), a de Ilhéus, a de “Porto Seguro, a de Jacobina (que cobria a maior parte do Sertão), a de Sergipe Del Rei e a do Espírito Santo (as duas últimas eram capitânicas subalternas). Cada comarca (divisão administrativa de caráter judiciário, colocada sob a jurisdição de um ouvidor, substituído logo depois da independência por juizes de direito) podia abranger vários municípios”⁵⁵

Em outras menções referente à divisão territorial, Jacobina estava inclusa na chamada sertão de baixo, como exposto no documento datado de 1864:

Em cumprimento do que me determina V. Excia. em dacta de 31 de Dezembro de 1864, passo a fazer as observações que me suggerirão e a pratica de muitos annos no comércio de carnes verdes me tem mostrado; as terras productoras d’esta Província que se pode dividir em três grandes zonas, são, a primeira q. chamarei SERTÃO BAIXO collocada no norte da Província, comprehende as comarcas de Feira se Santa Anna, Inhambupe, Itapicurú, Geremoabo, Monte Santo e Jacobina; a segunda que chamarei SERTÃO ALTO ou do Valle do São Francisco, comprehende as comarcas de Sento Sé, Vila da Barra do São Francisco e Urubu, a terceira zona que chamarei de CAETITÉ, collocada ao Ocidente da Província comprehende as comarcas do Rio de Contas e de Caetité. Dentre as comarcas da 1ª zona, as mais produtoras são as da Feira de Santa Anna, Monte Santo e Jeremoabo, pouco produzindo as de Itapicurú e Inhambupe, mais estas mesmas que mais produzem, quando encontram seguidos annos de chuva, a raça dos gados é tão má e a produção tão mal regulada q. Nunca chega p. fazer abastecer o mercado q. é o da Feira de Santa Anna, a 2ª zona é igualmente produtora como a 1ª, porém está cituada em pozição tão alta onde só há uma estação chuvosa chamada trovoadas, o inverno ali é desconhecido, e p. isto mesmo aquella produção não pode chegar ao seo principal mercado q. também é Feira de Santa Anna, se não em tempos de chuvas, pois só com ellas quando as péssimas estradas tem aguadas e pastos, é que podem transitar 150 a 200 légoas. A 3ª zona de Caetité também produz sofrivelmente gados mas sofrendo os mesmos inconvenientes e obstáculos já notados, acontece ser muito mais habitada do que todas as outras e por isso he ahi q. o gado é mais caro do que em outra parte da

⁵⁴ Sobre rotas de boiadas e desmembramento de comarca, ver LOPES, p. 26.

⁵⁵ *Idem.*

*província, sendo seos principais mercados os lugares das Lavras Diamantinas(...)*⁵⁶.

Através dessa fala, pode-se notar que as autoridades da capital baiana conheciam e procuravam sempre demarcar as zonas pecuárias. Possivelmente pelo menos por dois motivos: o primeiro, por questão de dividir para facilitar a dominação e o controle, e segundo, para garantir o lucro e o fornecimento do abastecimento da carne verde.

Para além dessas questões, indica ainda que o destino final do abastecimento da carne verde e das passagens do gado vindos do sertão era Feira de Santana. Embora de acordo com a fala desse comerciante e proprietário Jacobina não estava entre os maiores produtores da carne, ela desempenhou papel fundamental para o funcionamento da cria e recria de gado, descanso e passagem de boiadas.

2.1 Ofício do vaqueiro: labuta

O processo de labuta com as boiadas era realizado geralmente pelos vaqueiros e boiadeiros, destes falarei mais adiante. E pensar no ofício do vaqueiro impõe a necessidade de entendê-lo a partir das relações que o mesmo estabeleceu com o patrão e com seu meio. Ao primeiro, cabe discutir as relações inerentes na cultura do vaqueiro, principalmente a de dependência, para isso, recorrerei a alguns estudos que elucidaram essa temática, na tentativa de refletir como ocorria tais relações e como se dinamizavam na convivência diária. Já referente ao segundo, compete conhecer

⁵⁶ Encontrado em: LOPES, 2009. p. 22. O autor acrescenta que o “Sr. José de Azevedo Almeida foi comerciante de carne, proprietário de alguns poucos escravos e ao que parece, conhecedor dos centros produtores do sertão, uma vez que foi solicitado pelo Presidente da Província seu parecer sobre as zonas produtoras de gado, sem que até o momento se tenha encontrado qualquer indicativo de ocupar algum cargo na administração pública. Essa situação parece ser relativamente comum pela experiência dos pesquisadores que trabalham com inventários e testamentos de acordo com análises de inventários realizadas por Kátia Mattoso. Segundo foi possível perceber em seu inventário post - mortem, não tinha quaisquer bens que o colocassem em destaque econômico ou social em Salvador. Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção colonial e provincial. Presidência da província/ Abastecimento - carne/ 1865/ maço 4630.

esse meio geralmente apresentado como incerto e hostil: a caatinga, seu local de maior atuação, como também sua lida com o boi arisco, na maioria das vezes criado solto e desacostumado com o homem.

A estes trabalhadores cabiam certos atributos que ultrapassavam a necessidade puramente do serviço braçal e da coragem, pois as mais diversas situações imprevistas e apresentadas do cotidiano exigiam astúcia e, possuir tal atributo significava vantagem entre os seus e o diferenciava de outros trabalhadores, visto que o manejo com o gado era constantemente permeado por incertezas e desafios.

Entre a realização das diversas tarefas, estavam: Vigiar o gado e juntá-lo para ferrar, para a venda, castração, apartação e cuidados, tidos como trabalhos difíceis e penosos, principalmente no ambiente protagonizado em grande parte pela caatinga⁵⁷, com sua vegetação que contribui ainda mais para essas características, tão conhecidas no sertão: “unhas-de-gato que agarram o animal, com quiabentos e rasgagibão, cipós que se inliam ao cavalo, trocêras que podem ser verdadeiras armadilhas para os pés”.⁵⁸ Assim, eram os vaqueiros quem mais conheciam os espaços da fazenda: localização do gado, condições das pastagens, existência de fontes, olhos d’água, madeiras, entre outros aspectos.

Segundo o antropólogo e estudioso do universo sertanejo, Washington Queiroz, o vaqueiro desenvolveu atividades diversas na lida com o gado, por isso não existe uma rotina fixa. Sua atividade depende da tarefa que vá ou esteja desempenhando e pode ter (e muitas vezes tem) surpresas próprias de quem lida com a vida animal e com um ambiente hostil, a exemplo da cura de animais ou mesmo ajudar uma vaca a ter cria, em casos de complicações, procurar um boi fujão ou mesmo desaparecido, deslocar a criação em busca da água nos muitos períodos de seca ou, ainda, fazer o curtimento do couro, consertos dos seus equipamentos, construções de cercas, ou currais.⁵⁹

Talvez por essas particularidades, para muitos, o serviço de vaqueiro era visto como especializado e certamente sua fama, honra e coragem foram construídas a partir delas. O relato abaixo nos sintetiza que o:

⁵⁷ Sobre a caatinga é importante frisar que o ambiente não era caracterizado apenas por este bioma, o fato de mencioná-lo se faz necessário porque representa grande parte do espaço estudado.

⁵⁸ QUEIROZ, p. 13.

⁵⁹ QUEIROZ, p. 41.

Trabalho em pecuária alongada além de incerto, aventureiro e a cada dia e estação sujeitar o trabalhador a uma quantidade de riscos, exigia destreza e treino. Gado criado solto embrabecia; então o vaqueiro devia dominar um serviço que exigia anos de adestramento: laçar gado bravo, domar animais de sela, amansar vacas de leite, dar campo em mangas sem fecho, colocar em boiada gado arribado que passava às vezes meses ou anos sem ver curral; era um serviço especializado⁶⁰.

Esse acúmulo de responsabilidades que os vaqueiros foram assumindo com o passar dos anos de trabalho numa fazenda foi fator central para o aumento do seu prestígio social e poder de influência⁶¹. O trabalho com o gado era marcado por irregularidades, e assim definiam o cotidiano de um vaqueiro de pecuária à solta. Além do mais, ao contrário de outros serviços, o vaqueiro era requerido o ano inteiro, ou seja, cotidianamente necessitava-se de seus trabalhos, a demanda com o gado era constante. Certamente por esses motivos "veio a especialização, força e mística dessa *sociedade rústica dos vaqueiros*".⁶²

Em situação de acometimento de doenças nos animais ou ainda os que apareciam com bicheira exposta, por exemplo, trata-los se tornava mais difíceis ainda mais com o gado criado a solta. Embora difícil, a situação tinha resolução, mas exigia o uso de zangaia e como alerta Áureo Ribeiro, em momentos assim o “vaqueiro tinha que possuir bem dosados adestramento e sangue-frio”, necessários para “medir a altura do redemoinho da rês, firmar aponta do ferrão sem vacilar, dar o recuo certo”⁶³, tais requisitos garantiam que o laço fosse certo, pois nessa tarefa não existiam duas chances.

Cabe ressaltar que nessa época não se podia contar com recursos medicinais científicos, nem acesso a profissionais da área. Então, cabia a esse trabalhador sertanejo lidar com a situação apresentada e trata-la ao seu modo peculiar, geralmente através de rezas ou por meio do próprio recurso encontrado na natureza, de acordo com a descrição abaixo as medidas e alternativas disponíveis, segundo o relato de um vaqueiro que:

⁶⁰ Ver: RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. **Vaqueiros, bois e boiadas** – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. 1998, p.139.

⁶¹ NASCIMENTO, p. 59

⁶² RIBEIRO, 1997, p.165.

⁶³ RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. **As Estradas da vida**: Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucurie Jequitinhonha, Minas Gerais. Tese de Doutorado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997, p.161, p. 163.

No outro tempo, qué dizê, que o povo usava... Chegava uma rês broocada: “Vamo furá”. Botava creolina aqui em cima, soltava. Qué dizê qu’era o remédio. Azeite de mamona, aquele azeite grosso, azeite de mamona qu’era o remédio. Tinha uma rês... dá um purgante:’ panhava meia garrafa de azeite que o povo fazia e dava a uma rês magra, aquilo era um purgante prum bizerro, uma coisa servia, servia. Casca de pau, caju, aruera, caju com aruera é bom. E dava essas garrafada aos bicho de forma que melhorava⁶⁴

Desse modo, as próprias plantas nativas eram usadas para a cura das mais variadas doenças surgidas nos animais, entre as citadas no relato estão: mamona, casca de pau (o que indica o uso dos mais variados), caju e aroeira, a menção delas indica ainda que possivelmente eram as mais utilizadas e de maior facilidade de oferta. E as formas que se utilizava geralmente eram duas, diretamente na bicheira ou por meio de garrafada. Se faz importante mencionar essas práticas pois elas reforçam ainda mais o porquê que para muitos, o trabalho do vaqueiro era considerado especializado. Um bom exemplo de relatos sobre essas práticas é o livro organizado pelo IPAC, a respeito do ofício do vaqueiro, nele se encontra descrições de diversos sertanejos relatando seu cotidiano no manejo com o gado.

Como bem ressaltou Washington Queiroz, essas práticas eram riquíssimas e faziam parte da “medicina criada pelo vaqueiro, que inclui fitoterapia e que, junto com rezas, simpatias e garrafadas, foi usada e ainda o é para debelar males e doenças dos animais e mesmo dos vaqueiros e sua família”.⁶⁵ Assim, às suas próprias maneiras, mitos, ferramentas diversas, práticas medicinais, estética e moral própria, o vaqueiro contribuía como podia a cada situação imposta pelo cotidiano.

Em situação incerta como a condução das boiadas por exemplo, paragens deveriam ser estratégica, pois no decorrer da caminhada haviam deficiências, a exemplo da falta de água, portanto se fazia necessário o aproveitamento e o conhecimento das passagens de cada região. Capistrano de Abreu descreveu um cenário similar da dinâmica das estradas pelos sertões, embora ainda para o período colonial, ele destaca que:

Em tais encaminhamentos transviavam-se reses ou cansavam, ou ficavam quase moribundas, à falta d’água. A experiência ensinou certos povoadores a se estabelecerem pelos caminhos, a fazerem açudes, a plantarem mantimentos, que não precisavam ser exportados, porque se vendiam na porta aos transeuntes, a comprarem as reses transviadas ou desfalecidas

⁶⁴ Relato do vaqueiro João Santos. (Vaqueiro João Boladero) – 56 anos Andaraí. Encontrado no livro *Ofício de Vaqueiro*, organizado pelo IPAC, p. 77.

⁶⁵ QUEIROZ, p. 43.

que, tratadas com cuidados, ou serviam à alimentação ou revendiam com lucro. Assim os caminhos se foram povoando lentamente, e as malhas de povoamento apertaram-se mais na Bahia que em outra parte, exceto em algumas da capitania de Pernambuco igualmente pastoris⁶⁶.

A seguir o relato mencionado por Lopes, a respeito da água, que:

Para os rebanhos, o fato de haverem aguadas e pastos pelas estradas, tornava a travessia do sertão menos agressiva, diminuindo a perda de peso tão comumente observada quando da chegada das reses no Registro de Feira de Santana. Das estradas, não se devia esperar que fossem mais do que o traçado feito pelos rebanhos que, ano após ano, desde o século XVI, seguiam do sertão do São Francisco para Salvador e vice-versa⁶⁷.

Como tais conduções podiam ter uma certa distância até seu destino final e que se tratando de regiões escassas a chuva, significava que nem todas localidades teriam oferta de água. Dessa forma, saber onde e quando realizar paragens se apresentava como pontos fundamentais para uma viagem sem grandes transtornos físicos e econômicos, por isso saber aproveitar ao máximo os benefícios da oferta de água e das pastagens para os animais significava sabedoria e perspicácia, tão necessárias nesses casos.

Sendo o desgaste inevitável tanto para o gado quanto para seus condutores, já que estas viagens geralmente duravam dias e noites, o descanso era um outro fator fundamental para dar continuidade e obter sucesso até o destino final. E não só os vaqueiros necessitavam de trégua, as reses também, especialmente se se encontrassem em período de estiagem e maltratadas pelas consequências da seca, bem como seus cavalos, fiéis companheiros na luta diária com o gado. Como reforça Antonil:

As boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia de cem, cento e sessenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; (...) os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios, que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo o cuidado que não saiam do caminho e se amontem. As jornadas são de quatro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos, onde hão de parar [...]

⁶⁶ ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte - São Paulo: Itatiaia Edusp, 1988 (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, vol.135), p. 65.

⁶⁷ LOPES, 2009, p, 32.

O relato de Antonil é interessante na medida que nos aponta a dinâmica das conduções, os trabalhadores envolvidos e a função de cada um. A duração dependia da distância até o trajeto final. Partindo das imediações de Jacobina por exemplo, as viagens duravam geralmente 9, 10 até 15 dias⁶⁸, se fosse feita sem paradas longas para descanso do gado. Em se tratando da distância, Lopes alerta que a partir das províncias além do “São Francisco até Feira de Santana, o tempo de viagem dobrava e até mesmo triplicava, forçando os condutores a fazer paradas estratégicas que, não raro, duravam dias, pelo trajeto, para descanso dos bois e das tropas”⁶⁹. Desse modo, cada viagem tinha sua própria duração, pois dependia do seu local inicial até o destino final, bem como dos imprevistos no decorrer das estradas.

Ainda de acordo com este autor, pode-se perceber que o fluxo das rotas levando as boiadas ocorria constantemente e muitas das vezes se cruzavam em certos momentos, isto nos possibilita pensar também que não se dispunham de muitas opções de rotas e que a demanda era significativa. Pois, "dependendo das condições da viagem, as boiadas que pastavam nas “soltas” de Morro do Chapéu, encontravam ainda com as que desciam de Pernambuco, através das vilas de Juazeiro e de Santo Antônio das Jacobinas”, e a partir daí "tomavam a direção que margeava o Rio Jacuípe, rumo a Feira de Santana”⁷⁰.

O desgaste podia ser calculado em maior ou menor grau, isso porque dependeria de cada viagem. Ainda mais que elas não se davam apenas de rotas internamente na província, constantemente as boiadas viam de várias outras províncias, a exemplo de Piauí, Pernambuco e Goiás⁷¹. Conduções envolvendo esses trajetos mais longínquos significava além de cansaço, maiores dificuldades em conduzir os animais, bem como mais despesas, tanto pela demanda de trabalhadores, entre eles vaqueiros e tocadores de boiadas, quanto por cavalos e alimentação. Por outro lado, viagens assim, se justificava necessária e lucrativa, pois nelas centenas

⁶⁸ O destino final geralmente era Feira de Santana.

⁶⁹ LOPES, p.29.

⁷⁰ LOPES, p.25.

⁷¹ Esses rebanhos seguiam de seus currais de origem até a zona litorânea da Bahia por dias, semanas e, até meses de viagem, enfrentando as mais variadas dificuldades, até atingir a Vila de Feira de Santana, onde se localizava o principal Registro e entreposto de comércio de gado no sertão da Bahia, no século XIX. (LOPES, 2009, p. 22).

O transporte das boiadas que abasteciam Salvador com maior frequência, era feito através de rotas que cortavam ou margeavam o Rio São Francisco, a partir das fazendas e currais, que se estabeleceram na Bahia, Goiás, Pernambuco, Piauí e Sergipe. (LOPES, 2009, p.22).

de cabeças de bois estava em jogo e, apesar das despesas e do desgaste, o que visava no final das contas era o lucro. Joana Medrado Nascimento⁷² explica que:

[...] o transporte das boiadas para as feiras próximas ao litoral era uma tarefa complexa desempenhada pelos “tangerinos” que se dividiam em cinco. Havia um guia que conhecia os caminhos e por isso ficava à frente da boiada, dois cabeceiras que se posicionavam ao lado esquerdo e direito do rebanho evitando a fuga do gado, dois esteiras e dois coices com função idêntica aos cabeceiras, mas posicionando-se atrás do rebanho. Havia também o passador “homem da confiança do boiadeiro, que era o proprietário dos bois”, a quem cabia a tarefa de conferência do gado na entrada e na saída dos acampamentos onde o gado pernoitava.

Como especifica Washington Queiroz, nas levadas e movimentações da boiada, o vaqueiro se utiliza de um canto lamuriento com o qual busca se comunicar com o gado "é o aboio, uma marca da cultura vaqueira que é eivada de melancolia e um traço marcante na musicalidade do povo sertanejo"⁷³. Áureo Ribeiro nos dá uma definição mais ampla do papel do boiadeiro que segundo ele:

Foi este misto de criador e negociante, cercado pela aura romântica da aventura, informação, viagem, que envolveu também vaqueiros, tropeiros, viajantes comerciais, peões, todos personagens que lidaram com estradas e animais. A saga do boiadeiro era baseada na sua equipe, formada por passadores e peões; peões de boiadeiros, que faziam movimento e fama da boiada, criaram técnica e folclore da boiadas, porque seu ofício, como o do vaqueiro, exigia especialistas. Cada posição em serviço tinha seu segredo e função: guia, contador, contraguia, coice, arribada, cozinha e tralha, tarefas bem definidas na arte de conduzir.⁷⁴

Abaixo, o desenho de Percy Lau expõe uma certa noção dos componentes dessas viagens:

⁷² NASCIMENTO, Joana Medrado do. **Terra, laço e moirão**: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 2008.

⁷³ QUEIROZ, p. 43.

⁷⁴ RIBEIRO, p. 176.



Figura 03 – Boiadeiro e tropa, desenho de Percy Lau para Tipos e aspectos do Brasil. Acervo da biblioteca do Instituto de Brasileiros da Universidade de São Paulo.⁷⁵

Não só de longas distancias se resumia os problemas enfrentados nas conduções das boiadas, já que as estradas se apresentavam como um grande obstáculo durante o processo de conduções das tropas. Ao que indica os relatos e os pedidos de socorro das autoridades da comarca de Jacobina que constantemente reportavam-se ao governo provincial com o objetivo de sanar problemas com as travessias e pontes quebradas ou também para pedir por sua construção, principalmente em épocas chuvosas. Pois se o período significava motivo de esperança e prosperidade para a região, em contrapartida gerava empecilhos para condução de boiadas destinadas ao abastecimento.

De acordo com informações da época muitas eram as travessias dificultosa e permaneceram ao longo de todo o século XIX, pois, “atravessar o gado a nado, implicava o grande risco de perder parte dos rebanhos”, e a solução de imediato estava nas barcas existentes para tal travessia, entretanto eram escassas, e “muito rapidamente necessitavam de reconstrução, devido ao grande número de animais que utilizavam seus serviços⁷⁶”.

⁷⁵ Encontrado em: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. jul.- dez. 2005, p. 40.

⁷⁶ LOPES, p. 23.

Como a construção de pontes era custosa, os criadores solicitavam ajuda do governo provincial para este fim e, pelo que aponta os documentos da época parece ter sido uma alternativa recorrente por parte dos proprietários e de autoridades locais. Eles recorriam aos governantes para que assim pudessem ser atendidos e sanassem os problemas que se manifestavam, os proprietários e as autoridades da época tinham consciência da importância e do papel da região para o abastecimento de gado para a capital e sua circunvizinhança durante todo o século XIX, e este fator era a maior justificativa para a solicitação.

Como as péssimas condições das estradas causavam prejuízos econômicos. O governo geralmente tratava de acompanhar e executar medidas para a recuperação ou expansão das estradas de todo o sertão baiano, e a comarca de Jacobina foi agraciada por algumas dessas medidas, conforme relato do então presidente da Província da Bahia, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, na abertura da Assembleia Legislativa, em 2 de fevereiro de 1840:

A obra do concerto da ponte do Rio Itapicurú-mirim, da Comarca de Jacobina, para a qual foi marcada na Lei nº 86 de 4 d'Agosto de 1838 a quantia de 300\$ rs, succedeo, que depois de estar arremattada cahisse a mesma ponte, não podendo por isso ter effeito o respectivo contracto, e dever antes ser construído de novo; attendendo a que he hella que serve de transito para as Províncias de Minas, e Piauhy, e para as Comarcas do rio do São Francisco, e Sento Sé⁷⁷...

Vários foram os pedidos de solicitações referente às estradas, desta vez do ano de 1849, onde um criador da Província de Goiás, Pedro de Souza Menezes, escreveu ao Presidente da Província da Bahia, sobre a necessidade de construir uma barca para a travessia dos gados pelo São Francisco, na passagem da Vila do Urubu. Pois segundo ele, por conta da inexistência de uma barca, “Se achão os donos dos gados na sua precizão d “os lançar violentamente no rio, cujo trajeto sendo bastante largo”, e assim ficavam sujeitos “à mortandade dos gados, e a ficarem, quando salvos, em tal estado de fraqueza, q a custo chegarão às dattas do Morro do Chapéu; ficando muitos mortos no caminho”⁷⁸.

⁷⁷ Fala que recitou o presidente da Província da Bahia, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, na abertura da Assembléia Legislativa da mesma Província em 2 de fevereiro de 1840. p. 15. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/BAH.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

⁷⁸ Sobre esse documento ver: LOPES. p. 23-24.

Evidentemente, o comprometimento da chegada incompleta de boiadas gerava prejuízo financeiro e diminuição da oferta de carne verde, este talvez fosse o impacto maior, visto que a demanda crescia cada vez mais e tal item fazia parte dos alimentos essenciais para a população. Essa interferência no abastecimento bem como os problemas referentes às questões financeiras provocava uma maior agilidade na resolução dos empecilhos e uma certa mobilização das autoridades provinciais não só interna, mas também externas, pois como foi visto as rotas de boiadas eram formadas conjuntamente por algumas províncias e elas dependiam da disponibilidade e do bom funcionamento de todas as estradas em que se passassem as boiadas.

A partir das informações do relato acima, pode-se tentar compreender a participação que Morro do Chapéu desempenhava nesse processo, pois segundo o autor do documento, o gado que atravessava o São Francisco, seguia em direção à Morro do Chapéu. Assim, esse local se apresentava constantemente como um importante local de descanso para o gado, na rota dos bois que entravam na Província da Bahia, após atravessarem o São Francisco⁷⁹.

O convívio com a seca era um outro problema enfrentado e afetava diretamente a criação de gado. Não cabe aqui alongar sobre a temática, o propósito de discorrer brevemente sobre a seca se justifica primeiramente porque o sertão baiano faz parte da zona climática com períodos curtos de chuva e por isso conseqüentemente caracterizada como uma região semiárida⁸⁰. Contudo, sua economia base advinha da agropecuária e os períodos de seca provocavam danos. Para além disso, o século XIX, aqui escolhido como recorte temporal ficou marcado por um dos piores anos de grandes estiagens. Se o primeiro fator natural mencionado por si só já significava uma área inapropriado para o desenvolvimento da pecuária e da agricultura, com ocorrência de longos períodos sem chuva o quadro se agravava ainda mais, contribuindo assim para prejuízos e instabilidade para a população em seus diversos níveis hierárquicos.

⁸⁰ Quando falo do Semiárido, estou me referindo a uma região que ocupa 18,2% (982.566 Km²) do território nacional, abrange mais de 20% dos municípios brasileiros (1.135) e abriga cerca de 11,84% da população do país. Mais de 23,8 milhões de brasileiros/as vivem na região, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), sendo aproximadamente 61,97% na área urbana e cerca de 38,03% no espaço rural (IBGE, 2010). Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/semiariado>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Embora a convivência com a seca fosse um ciclo constante na região sobretudo pelos fatores climáticos já mencionados acima, conviver-la sempre causava tristeza, desesperança e miséria. Visto que períodos assim afetavam drasticamente o cotidiano e a subsistência da população, principalmente os menos abastados. E também aos criatórios, muitos animais morriam ou perdiam peso e conseqüentemente enfraqueciam-se.

Com a lavoura e o criatório de animais comprometido, a subsistência dos mais pobres também se tornava bem mais difícil porque a venda da farinha nessas épocas de seca alcançava preços elevados e, sendo um dos itens principais na alimentação, nem sempre se conseguia com facilidade. Conseqüentemente o comércio local e regional enfraqueciam incapacitando atender à demanda⁸¹.

A produção, voltada para a subsistência, em sítios, fazendas e pequenas roças, garantia um mercado de excedente ativo de gêneros alimentícios que eram comercializados nas feiras locais, ao mesmo tempo em que amenizava ou até desobrigava os fazendeiros de alimentar seus agregados e mesmo escravos⁸². Dessa forma, a seca ocasionava prejuízos desde o mais pobre até o mais rico. Claro que não no mesmo patamar, para uma camada da população significava fome, já à outra, estava relacionado ao fator financeiro.

Com a alimentação base dependente do uso da terra como bem observou Áureo Ribeiro ao afirmar, o “principal componente da produção da fazenda era dado: a extração”, pois “viveu daquilo que o ambiente ofereceu”⁸³. Assim, em casos extremos de longas estiagens e escassez de chuva tornavam impossível o cultivo e a colheita de produtos como a mandioca, o milho e o feijão mesmo que para subsistência⁸⁴.

E para alguns as conseqüências poderiam ser mais brandas pois, em momentos assim, possuir laços com criadores de gado e detentores de certo poder local era um fator importante, principalmente porque em tempos de seca, faltava-se até mesmo oferta de trabalho. E estes que estivessem mais próximos de tais grupos poderiam ser amparados e teriam a quem recorrer, de certo modo, os vaqueiros

⁸¹ As fazendas sertanejas eram unidades de produção, que se dedicavam à criação bovina, mas em um nível menor também produziam gêneros agrícolas e criações de animais menores, para subsistência ou para o pequeno comércio com vilas próximas (citação de LOPES).

⁸² MACIO, p. 29

⁸³ RIBEIRO, p. 171.

⁸⁴ Pequenos criatórios e lavoura de subsistência: Morro do Chapéu estava incluída. p. 143.

podiam ser privilegiados, e embora pobres, em momentos assim podiam ser impactados em menor grau.

Não restam dúvidas que os mais pobres eram os que mais sofriam com as consequências da estiagem. Entretanto, os fazendeiros também sentiam o peso das despesas provocadas nesse período, por isso, estrategicamente tais fazendeiros e autoridades local se organizavam e tomavam medidas junto ao governo provincial para que fossem contemplados com recursos que amenizasse a situação. Portanto, em tempos de crise, como durante as longas estiagens, a intervenção governamental poderia ajudar os criadores não só a diminuir suas perdas, como a recuperarem mais rapidamente seus rebanhos pós-estiagem⁸⁵.

O relatório encaminhado ao então Presidente da Província da Bahia, Antônio da Costa Pinto pelo Ex-Presidente, o Conselheiro e Senador do Império Herculano Ferreira, é um exemplo de pedidos de auxílio para lidar com as consequências da seca⁸⁶. O apelo dos proprietários e poder local pelos mais miseráveis certamente fazia parte de estratégia no intuito de comover a autoridade provincial ao informar, (muitas vezes exageradamente) da situação assustadora em que se encontravam os mais pobres, e conseguir êxito nos encaminhamentos. Contudo, ao serem atendidos, os mais pobres pouco usufruíam dos itens concedidos, pois quando se chegava até eles a quantidade era insignificante e nem todos eram contemplados.

É interessante inferir que em períodos como este o vaqueiro de certo modo detinha algumas vantagens, pois o seu trabalho nessa sociedade lhe proporcionava maior relação com o seu patrão e melhores condições, comparadas à outras ocupações. E isso lhe garantia passar por tais momentos sem necessariamente sofrer as consequências extremas, como a fome.

O conteúdo do relatório do ano de 1860, citado acima, informa de como as comarcas (inclusive Jacobina) afetadas pela seca se encontravam e como era descrita a situação para as autoridades provincial. Segundo este documento, no item referente

⁸⁵ MACIO p. 28

⁸⁶ Relatório apresentado ao Excellentissimo Senhor Dezembargador Presidente Provincia da Bahia Antonio da Costa Pinto pelo Ex-Presidente o Conselheiro e Senador do Imperio Herculano Ferreira Penna por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Provincia em 26 de abril de 1860, p. 05. Disponível em: <<https://archive.org/details/rpebahia1823>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

Relatório apresentado ao Excellentissimo Senhor Dezembargador Presidente Provincia da Bahia Antonio da Costa Pinto pelo Ex-Presidente o Conselheiro e Senador do Imperio Herculano Ferreira Penna por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Provincia em 26 de abril de 1860, p. 06. Disponível em: <<https://archive.org/details/rpebahia1823>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

à “crise alimentícia”, os responsáveis pelo relato, geralmente juízes de comarcas ou nomeados especificamente para a comissão de socorros públicos, como é o caso deste. Os encarregados caracterizaram a seca como “motivo de constante desassossego e consternação”, o desenvolvimento da fala prima enfaticamente sobre os prejuízos causados pela longa estiagem nas comarcas, ressaltando que entre os mais urgentes estão a falta de alimento e/ou a carestia do mesmo, a mendicância dos menos abastados e a fome.

CAPÍTULO 3. RELAÇÕES DE TRABALHO E DEPENDÊNCIA NA CULTURA DO VAQUEIRO

O objetivo nesse capítulo é, através de processos sobre roubo de gado, analisar os laços de dependência entre fazendeiros e trabalhadores, muitos dos quais agregados. De quebra, buscarei compreender as vantagens que poderiam surgir, para as partes envolvidas, a partir da construção de tais laços.

Recentemente a historiografia tem se debruçado em pesquisas sobre o vaqueiro, partindo de um novo olhar e encarando as várias relações desse sistema. Tendo como principal propósito análises que levem em conta não apenas o viés da passividade, fidelidade e submissão absoluta, mas por outras perspectivas como das resistências em suas variadas formas, apresentando outras relações de trabalho, de organização, enfim, de maneira mais complexa e abrangente.

A partir dessas contribuições é possível enxergar e analisar o mundo do trabalho dos vaqueiros com organização para além de uma hierarquia rígida e fechada nas relações entre senhor/patrão e trabalhador/agregado. Na qual não cabe mais abordar em uma ordem estrutural absoluta e nem encarar o trabalhador como um ser passivo e totalmente submisso. Os estudos sobre o período oitocentista são bons exemplos dessas questões por abordar pontos chave como as resistências, as relações cotidianas, relações de proximidade e distanciamento, das políticas de controle e manutenção da ordem, enfim as resistências e as negociações.⁸⁷

Somado à inserção de outros elementos tem se contribuído e muito para o enriquecimento do tema, pois proporcionam uma reflexão mais próxima da realidade e das teias de relações. E é nesse sentido que abordarei as relações de trabalho e as noções de dependência entre vaqueiros e fazendeiros. Entendendo dependência como um jogo de mecanismos no qual ambos lados se apropriam, sempre que possível, em prol de suas necessidades e interesses, norteadas por uma relação de poder.

⁸⁷ Alguns exemplos que influenciaram tais perspectivas estão: Sílvia Hunold Lara. Campos de Violência, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Sidney Chalhoub Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1990; João José Reis. Rebelião escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês em 1835. Edição revista e ampliada, São Paulo: companhia das Letras, 2003; Walter Fraga. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006; entre muitos outros.

O primeiro capítulo, *Machado de Assis Historiador*, de Sidney Chalhoub, se apresenta como um referencial importante no tocante ao detalhamento da relação de dependência, manifestadas nas mínimas ocorrências do cotidiano. O livro consiste no estudo da literatura como fonte, compreendendo que Machado de Assis, em suas obras, trabalhou com aspectos estruturais da sociedade oitocentista brasileira. Sendo assim, seu estudo é um exemplo norteador das relações sociais e aponta para a importância de atentarmos aos mínimos vestígios, mesmo aqueles mais ocultos, presentes nas relações de convivência e jogo de interesses.⁸⁸

Um outro ponto de discussão necessária diz respeito ao conceito de paternalismo que segundo Chalhoub alerta era recorrentemente tratado como uma "política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana". E além do mais, permanecendo na ótica senhorial, seria "uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, já que os dependentes avaliam sua condição apenas na verticalidade", isto é, somente a partir dos valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores sendo assim inviável o surgimento das solidariedades horizontais.⁸⁹

Entretanto, contrapondo-se a esse sentido restrito, o autor caracteriza o conceito de paternalismo como complexo, enfatizando que a palavra precisa ser usada levando-se em conta certas cautelas. Trazendo à tona, a menção de textos escritos desde o início da década de 1970, pelos escritores: Eduard P. Thompson e Eugene Genovese, que segundo Chalhoub, o último aborda um contexto em que também havia escravidão, e posteriormente muitos outros historiadores mostraram que a "vigência de uma ideologia paternalista não significa a inexistência de solidariedades horizontais e, por conseguinte, de antagonismos sociais". Acrescenta ainda, ao citar Rebecca Scott, caracterizando-a como uma outra especialista na história da escravidão, que a:

Subordinação não significa necessariamente passividade, e "os historiadores vêm encontrando numerosas maneiras de examinar as iniciativas dos escravos sem desconsiderar a opressão, de explorar a criação de sistemas alternativos de crenças e valores no contexto da tentativa de dominação ideológica, de aprender a reconhecer a comunidade escrava mesmo

⁸⁸ CHALHOUB, Sidney, *Machado de Assis Historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 29.

⁸⁹ CHALHOUB. Idem, 2003.

constatando o esforço contínuo de repressão a algumas de suas características essenciais⁹⁰.

Uma outra referência para desenvolvimento da análise foi a pesquisa de Jackson André da Silva Ferreira que também segue a lógica defendida por Chalhoub. O estudo de Ferreira faz-se imprescindível inicialmente por dois motivos: a sua proposta discute sobre relações de dependência, paternalismo e também por questão temporal e espacial, pois retrata o período oitocentista e elege como espacialidade, o sertão baiano, Morro do Chapéu e sua região, assim como a proposta dessa pesquisa.

Ferreira teve como propósitos compreender a teia de relações sociais na qual escravos e agregados estavam envolvidos, e também seguiu a trajetória destes sujeitos no pós -abolição, com o intuito de compreender os caminhos, rupturas e permanências de suas vidas em liberdade. Adentrando nos espaços do cotidiano, nos laços de proteção e solidariedade, como também nas relações de poder, fidelidade e gratidão. Somando às novas perspectiva sobre o jogo da dependência, o autor defende a partir de suas análises que essas relações não se limitavam a uma esfera unilateral. Para ele, os subalternos tinham noção dessa brecha no sistema hierarquizado, e estes souberam apropriar-se dessa possibilidade de vantagem, e cotidianamente transitavam nesses espaços.

Sendo assim, foi nesse sentido que procurei abordar as relações de dependência entre vaqueiros e fazendeiros. Para que se possa englobar diversos elementos que se complementam, convergem e distanciam, pois, tais relações de trabalho se configuram muito mais em uma complexidade do que unilateral e simplista, assim, não há como encara-las unicamente de um ponto de vista e estática às diversas situações surgidas no cotidiano. Vale ressaltar que os vaqueiros e agregados tinham noção do que essa estratégia podia significar ou resultar, e sabiam muito bem quando e como utilizar de tal subalternidade para reivindicar apoio de seus patronos sempre que fosse preciso, para que assim pudessem obter determinadas vantagens.

A construção e/ou reafirmação de laços de dependência se fazia importante em várias situações, principalmente em se tratando desse período oitocentista, fosse em decorrência da seca/fome, em casos ante à justiça, envolvendo escravos, terras ou

⁹⁰ CHALOUB, 2003, p. 29.

animais e, frequentemente, era utilizado por ambos, patrões e trabalhadores. Sobre este último, muitos foram os casos de criadores de gado que recorriam aos seus trabalhadores e agregados em busca de quem o ajudasse enquanto testemunhas em questões envolvendo a justiça, como em briga por terras, roubo de gado, assassinato, etc. E contribuir com a vontade senhorial em momentos assim, significava a possibilidade de ter proteção e a quem recorrer sempre que precisassem, e não necessariamente situação total fidelidade e submissão dos vaqueiros e agregados. Além do mais, nessa sociedade com base econômica agropecuária e especialmente composta por lavradores, uma das coisas que mais se visava era na luta pelo direito de cultivar a terra que muitos sujeitos pobres construía laços de fidelidade. Segundo Ferreira⁹¹:

Ter homens livres pobres sobre sua órbita de influência era tão e até mesmo às vezes mais importante do que possuir escravos. Esses homens livres eram garantia, no mínimo, de testemunhas mais ou menos leais em alguns processos civis e criminais. Mas entre os morrenses também havia a noção de direitos e deveres recíprocos, não necessariamente simétricos, que às vezes eram rompidos.

Sendo a região aqui estudada recorrente de roubo de animais estabelecer tais laços e influências poderia se tornar imprescindíveis ao se depararem com a justiça, isso será visto de forma mais clara adiante, na análise dos dois processos. Nesse caso, mais precisamente aos vaqueiros, eram testemunhas fundamentais para averiguar a verdadeira propriedade de animais e, além do mais, nessas ocasiões os eram eles naturalmente incumbidos pela busca do gado sumido. Isto certamente justifica-se pelo fato de serem os responsáveis pelas questões internas da fazenda como a quantidade de animais, as vacas paridas, as melhores criações, apartação e partilha nas fazendas e, portanto, conhecedores dos ferros e marcas dos fazendeiros, por isso conseqüentemente o olhar recai sobre os vaqueiros.

Ter conhecimento minucioso da fazenda provinha do papel fundamental que os vaqueiros desempenhavam na vistoria dos pastos, no controle e contagem dos animais e, inevitavelmente, na identificação de problemas na criação, até mesmo o próprio furto. Em grande parte, os vaqueiros tinham também interesse pessoal no bom

⁹¹ FERREIRA, Jackson. De Cria a Dona trajetória de uma liberta no sertão baiano no século XIX. In: REIS, João José & AZEVEDO, Elciene (org). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: EDUFBA, 2012.p.194-195.

desempenho das suas tarefas porque em alguns casos possibilitava que mantivessem os seus próprios animais nos pastos de seus patrões.

Como já foi sinalizado a economia da região tinha como base a agropecuária, dependente da criação e especialmente da engorda de boiadas vindas de várias regiões, já que envolvia outras províncias. Possivelmente por conta disso os processos relacionadas a roubo e furto de animais eram frequentes na região, neles envolviam também trabalhadores livres e pobres.

Maria de Fátima Novais Pires elucidou questões importantes sobre a prática do furto e roubo. É interessante mencionar que suas considerações podem servir de exemplo para as motivações de roubo e furto de animais praticados na região aqui em estudo. Segundo ela, três fatores contribuíram ao uso preferencial do furto do gado vacum:

Primeiramente, a própria estrutura econômica da região, fundada em grande parte na criação de gado; depois, a capacidade de aproveitamento quase integral do bem roubado – couro, carne, osso; ou ainda a facilidade de repasse entre negociantes da região, que se mostravam bastante coniventes com os furtos; e, por fim, pela possibilidade de locomoção do bem furtado para 'outras paragens'⁹².

Possivelmente essa facilidade de repassar o animal associado às vantagens lucrativas motivaram também moradores do Moro do Chapéu. Entretanto, percebe-se que nem sempre obtinham sucesso em desfazer-se dos animais sem deixar rastros e acabavam tendo que encarar os atos perante à justiça.

Analisarei dois processos criminais, por possibilitarem enveredar pelas relações sociais dos trabalhadores livres e pobres, suas estratégias de sobrevivência, conflitos cotidianos e formas de trabalho⁹³. A razão dessa escolha parte do pressuposto que nesse tipo de conflito estavam em jogo temas imprescindíveis, entre eles: concepções de poder, propriedade e dependência. Além do mais, nesses

⁹² PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida**: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2009. p. 221.

⁹³ De acordo com Nascimento, estes processos têm sido sobremaneira usados nas investigações de aspectos da história da escravidão. Desde meados da década de 1980 essa área de estudos vem sofrendo importantes mudanças nos seus enfoques sendo central a questão do interesse pelas formas de resistência cotidianas e pelas nuances do sistema de dominação. Os processos criminais e cíveis oferecem nesse sentido muitas possibilidades já que permitem tanto a análise quantitativa e serial quanto a qualitativa e nominativa. Ver: NASCIMENTO, Joana Medrado. **Terra, laço e moirão**: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). Campinas, SP: [s.n.], 2008.

processos se concentram o maior número de vaqueiros e fazendeiros, personagens privilegiados nessa pesquisa.

Como bem exemplifica Nascimento, definido o intervalo de pesquisa desejado pode-se indagar quais os tipos de infrações que mais ocorreram, os motivos mais citados, bem como os dados sobre réus, vítimas e testemunhas também podem ser tratados de maneira serial por conterem informações como estado civil, cor, idade, ocupação e grau de instrução.⁹⁴

A intenção também é entender como se efetivava a dominação social, e a resistência a ela, através da análise de conflitos sobre a posse de animais. Tratar desse tipo de fonte para analisar tais conflitos através das informações e versões dadas à justiça pelos envolvidos e pelas testemunhas se pode obter informações para além dos significados da posse de animais nessa sociedade. Como a elucidação dos aspectos referentes às relações de poder estabelecidas e frequentemente questionados.

O processo movido por Honório de Souza Pereira, foi um exemplo de roubo envolvendo animais. Honório era natural e morador de Morro do Chapéu e prestou queixa do Alferes Quintino de Souza Lobo, no ano de 1872 por roubo de gado. O queixoso possuía “fazendas de Catinga e Taboleiro onde não só cria gados Vacum e Cavalari, como também soltava boiadas para engordar e depois vendê-las”⁹⁵.

O queixoso denunciava também o escravo e a amásia do réu como cúmplices nos atos ilícitos. Para além da denúncia em si, os relatos surgidos no decorrer dos depoimentos evidencia um pouco do cotidiano da lida com o gado em Morro do Chapéu, (o gado também era criado à solta, os cercados frágeis, existia boiadas destinadas especificamente para a engorda com o objetivo final de vendê-las, mais de um vaqueiro estava presente nos momentos de vaquejar para reunir o gado, por exemplo), as diferentes pessoas que se envolviam e aquelas essenciais na busca por provar ou não a propriedade do animal em questão, bem como analisar as relações que tais envolvidos possuíam com o queixoso ou o réu.

⁹⁴ Ou ainda utilizar alguns ou um único processo para avaliar as motivações de um crime e as diferentes versões possíveis para uma mesma história (como no nosso caso), ou perseguir sujeitos que encontramos em inventários, notas de jornais e que por uma razão ou outra acabam se envolvendo em um processo. NASCIMENTO, p. 52. Sobre as possibilidades dos processos criminais como fonte, ver LARA, Sílvia Hunold. Processos crimes: o universo das relações pessoais”. **Anais do Museu Paulista** (1984), p. 153-161; SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?” **Revista Brasileira de História**, 5 n. 10 (1985), p. 166-196.

⁹⁵ FMCA. Seção Judiciária. Processo Crime contra Quintino de Souza Lobo-1870.

No decorrer do interrogatório tem-se informações de como possivelmente ocorreu o furto. Porfírio informou ter deixado uma boiada na fazenda Tapera, pertencente ao réu, mas quando foi buscar sua boiada em companhia do seu vaqueiro Estrógio dos Reis Santos, e mais dois outros, Cassiano Baptista e Rufino Afonso, levaram junto uma rês sua até o curral de José Batista:

No dia seguinte, o Suplicando com os seus três vaqueiros, tiraram desse curral todo gado inclusive o boi do Suplicante, e foram encurrular em uma outra fazenda, onde haveria tempo, ou ocasião não morava ninguém⁹⁶.

Mas logo depois, quando os vaqueiros Rufino e Estrógio voltaram do campo com a vaqueirama⁹⁷ não mais encontraram junto ao gado preso o dito boi do suplicante, e ainda acrescentou que viu “no pé do curral vestígios de uma matalotagem, que Honório assim supõe ter sido matado logo depois da saída deles para o Campo”⁹⁸.

Acrescentou ainda que depois de algum tempo pediu ao seu Vaqueiro Rufino, que fosse procurar nesses vestígios da Caveira do boi, e este exercendo seu trabalho assim o fez, porém não achou muita coisa apenas os dois chifres já separados e alegou imediatamente reconhecer que tratava ser do boi que estavam procurando.

O relato apresentado por Honório nos faz deduzir que talvez Quintino, acusado da situação, utilizava-se da estratégia de tentar dar sumiço no animal roubado dentro de sua própria fazenda. Para além dessas particularidades, se envolvia diretamente no processo de apossamento, destrinchamento e despacho da carne do gado, e para tais feitos contava com a ajuda de seu escravo Luis e de sua amásia Florentina de Tal, já que eles aparecem tanto no caso envolvendo Honório e quanto em um outro informado no depoimento da testemunha Joaquim Ferreira.

A situação hierárquica dos trabalhadores/agregados (Florentina, e o escravo Luis) que participaram do roubo nos remete a um componente fundamental nessas relações de trabalho, a dependência. Os argumentos da defesa é um indício da dependência e da força exercida por alguns poderosos, de como a necessidade influenciava na dependência pessoal, que os dependentes eram movidos também por seus interesses (mesmo que esse fosse a da sobrevivência cotidiana). Assim na

⁹⁶ FMCA. Seção Judiciária. Processo Crime contra Quintino de Souza Lobo-1870.

⁹⁷ Reunião de vaqueiros.

⁹⁸ Ibid.

tentativa de inocentar Florentina, a defesa apossou-se dessas questões e alertou que na condição de mulher não poderia conhecer ferros e marcas de gado, nem muito menos poderia ela questionar se o gado era ou não do seu patrão e para além disso, Quintino era criador e costumava matar rês, sendo assim isso fazia parte do seu cotidiano. Ressaltou ainda que ela era cozinheira, e concluiu afirmando que por essas condições a mesma era forçada a fazer qualquer trabalho que fosse intrínseca ao seu serviço.

Claro que utilizar de tais argumentos se fizeram fundamentais para o processo de inocentar Florentina, entretanto, por descrições de outras testemunhas no caso, percebe-se que na realidade sua relação com seu patrão bem como no seu trabalho estava muito além do mencionado pela defesa, pois tais testemunhas informaram que ela tinha o hábito de furtar e que andava encourada, ou seja, se envolvia diretamente no manejo com o gado, mesmo que ocasionalmente.

Para o escravo Luis, as articulações não foram muito diferentes, a defesa frisou que perante a sua situação de escravo cabia apenas obediência. Dessa forma, essa é uma menção ainda mais contundente na relação intimamente ligado entre a condição de escravo e à dependência, as petições se caracterizam por seus argumentos de defesa de como era a visão que se tinha do escravo como um indivíduo extremamente submisso.

A possível convivência e participação tanto de Florentina quanto do escravo Luis nos crimes, evidencia a existência de um acordo social com seu senhor. Podia não ser uma regra, mas tais acordos costumavam dar certo, pelo menos até serem interrompidos com a incriminação. Certamente para que fosse bem-sucedido desde o planejamento até a sua execução era necessário e seguro que houvesse uma norma de conduta e um tipo de apropriação útil para ambas as partes, de um lado fidelidade, proteção e prontidão e, do outro, benesses materiais, algum prestígio social e também proteção.

É interessante mencionar que nesse âmbito de relações de dependência e suposta lealdade incondicional nem sempre os dependentes eram submissos frente a justiça, alguns tinham mais poder de barganha e maior possibilidade de agir contra a possível pressão e domínio de seus patrões/senhores e esse parece ter sido o caso do vaqueiro Estrogio que ao dar uma declaração incriminou seu amo Quintino de Souza Lobo. O vaqueiro informou em seu depoimento que se retiraria “em pouco

tempo” da fazenda de Quintino por conta das coisas que tem observado. Sua fala demonstrou não querer se envolver com o roubo, como também não concordava com a conduta do seu senhor e possibilitou a suposição de que Quintino já tinha o hábito de se envolver em crimes como este. Esta, portanto, é uma situação que recoloca a questão da fidelidade incondicional dos vaqueiros para com seus patrões e nos evidencia que as relações de trabalho entre os mesmos são muito mais complexas e conflituosas do que se foi construído ou mesmo do que se foi levantado.

Curiosamente a denúncia só foi realizada um tempo depois do ocorrido. Segundo Honório, “não tratou logo de seu direito, entendendo que ele [o suplicado] por precisão, de boa fé, matou esse boi, com intenção de pagar; porém assim não sucedeu”⁹⁹. Certamente a demora não se justifica só a isso, Honório devia estar querendo evitar um embate desgastante na justiça, até porque processos como este poderiam se arrastar por alguns anos até que chegasse a uma sentença final, além do mais tanto ele quanto algumas testemunhas mencionaram que estava circulando boatos de que se o roubo fosse descoberto o acusado trataria de calar a boca dos denunciadores com balas. Associado a isso Motta observa ainda que:

Mais importante era o fato de que a escolha das testemunhas implicava a capacidade de articulação de uma pessoa com seus pares e/ou subordinados, de convencê-los a se apresentar perante o juiz, confirmando os seus argumentos. (...). Em outras tantas, apresentava o esforço de outros sujeitos sociais para constituírem laços de solidariedades na sua luta contra um ou mais fazendeiros.¹⁰⁰

Ao finalizar, Honório reforçou que:

A vista de semelhantes furtos, e ser voz pública nesta Vila, que o Suplicado, seu escravo Luis e sua Mulher Florentina há dois anos, ou mais tomaram o hábito de vida de furtar gados dos criadores, e soltadores de boiadas como se pode provar com a [primeira] descoberta e vacas do Coronel Quintino, e bois do Major Barbosa, e ao depois com um boi, cujos documentos se acham no Cartório do Tabelião Gois, além de uma queixa [igual] de gados sumidos nesta Vila, sendo indispensável a punição do Suplicado, do seu escravo Luis, e de sua amásia Florentina de Tal, esta que consta até andar no campo encourada e vaquejando com o Suplicado, não tanto para castigo deles, como para emenda de outros¹⁰¹.

⁹⁹ FMCA. Seção Judiciária. Processo Crime contra Quintino de Souza Lobo-1870.

¹⁰⁰ Márcia M. M. Motta. **Nas Fronteiras do Poder**. Ver capítulo 2.

¹⁰¹ FMCA. Seção Judiciária. Processo Crime contra Quintino de Souza Lobo-1870.

Assim, como os indícios apontam, o fato de denunciar para a polícia o furto de animais não significava somente a possibilidade de ser ressarcido pelo prejuízo, mas também uma forma de coibi-lo, pois significava a possibilidade de realizar uma espécie de punição exemplar, sendo comum o queixoso finalizar sua representação de denúncia ressaltando tal fator.

Esse outro processo de furto de gado movido pelo Tenente Porfírio Pereira de Souza, o qual era proprietário e criador, e também residia no município de Morro do Chapéu, e que foi à justiça no ano de 1878 denunciar Silvano Francisco do Nascimento, Joao Barro Vermelho e José Florêncio de Souza, por furto de gado na fazenda do queixoso, campos e pastos de criar.

O queixoso declarou ter chegado ao seu conhecimento que em fins de novembro ou princípios do mês de dezembro havia sido conduzido algumas reses suas pelo queixado José, que se dizia vaqueiro do queixado Silvano e por ordem deste teria levado os animais para a povoação da Baixa Grande do Termo de Camisão.

A partir dessa informação, Porfírio tratou logo de mandar seus vaqueiros averiguar o fato, os quais logo obtiveram notícia de que estava em marcha para o mesmo lugar, Baixa Grande, um outro lote de gado pertencente ao queixoso. E nesse lote tinha reses com as mesmas marcas do gado de Porfírio e dos seus agregados, mas que as marcas estavam alteradas com queimaduras recentes.

Como sinalizou Nascimento, “em regra eram essas marcas que acabavam por desmascarar os ladrões de gado,”¹⁰² e esse também foi um fator fundamental mencionado pelo vaqueiro de Porfírio, o Xavier, para reconhecimento do gado. Segundo ele, mesmo estando o gado com as marcas e ferros desfigurados recentemente e contraferados com o ferro do acusado não teve dúvida que se tratava dos animais do seu patrão.

Diferente do processo anteriormente analisado, desta vez não se tratava apenas de um boi, mas sim de um lote de gado, especificamente 12 cabeças, das quais 10 pertenciam a Porfírio, 1 a Gustavo Adolfo de Souza Lemos e 1 de Joaquim ou Francisco Soares da Rocha.

Silvano, acusado, informou no interrogatório que residia a mais ou menos um ano na fazenda Gameleira, sobre a sua profissão alegou ser carpina, mas que também negociava e que ultimamente vivia de lavoura. Ao ser perguntado se tinha

¹⁰² NASCIMENTO, p.68.

conhecimento a quem pertencia o gado, respondeu que não e só soube ao ser preso e que alguém o tinha denunciado. E ao ser perguntado sobre quem teria sido autor do furto afirmou que a autoria seria de José, e que João parecia não ter feito parte.

Nos depoimentos chama atenção as declarações de José Florêncio de Souza (acusado) que disse ser vaqueiro de Silvano a apenas um mês, e ao ser perguntado sobre a sua profissão, respondeu que sempre viveu de lavoura, mas que depois que tomou conta de um gado do senhor Silvano, poucas vezes pegou em enxada e machado. O que dá a entender que a oportunidade surgida para ser vaqueiro significou não só colocá-lo em uma situação de trabalho melhor, prestigiada, mas também uma oportunidade de ascensão financeira ainda que pequena e participou do furto visando receber algo em troca.

João Benedito Barro Vermelho também acusado, declarou em depoimento que morava há pouco tempo na companhia de Silvano, na fazenda Gameleira. E que sua participação aconteceu por conta de José, que o chamou para conduzir algumas reses e só soube realmente a quem pertencia o gado após estar preso pela boca dos próprios outros dois acusados, Silvano e José.

Com o desenrolar do caso por meio das testemunhas e o apontamento evidenciando a culpa do réu, a defesa do mesmo tratou logo de tentar atenuar o julgamento alegando falta de validação dos testemunhos e assim criticando a condução parcial do juiz, argumentando que:

A vingança, a prepotência, o interesse, a parcialidade do Juiz, e a iniquidade, fogem diante da Justiça, como as trevas fogem diante a luz, e o sol reluzindo no horizonte brilha com a Justiça, e a Lei extinguindo as benditas injustiças, é por isso que no presente sumário o acusado só foi injustiça as mais execrandas passível, tanto mais quando vai-se procurar testemunha verdadeiramente parciais, venais e subjugas as mandatos do queixoso, como mais adiante se provará com documentos comprobatórios.¹⁰³

É interessante notar as relações de vizinhança e compadrio, bem como a delação do furto como forma de obter segurança e mais prestígio na sociedade, perceptível nos vários depoimentos das testemunhas e como tais laços foram importantes não só durante o processo de busca pelo gado roubado, mas também no decorrer das apurações e culminação da sentença perante a justiça, pois os vaqueiros responsáveis pelo gado roubado detalharam que percorreram os rastros por onde

¹⁰³ AFCA. Seção Judiciária. Processo Crime contra Silvano Francisco do Nascimento, ano1878.

possivelmente os animais passaram e colheram informações em diversas fazendas, interpelando vaqueiros, parentes e fazendeiros.

Assim, os laços afetivos podiam ser de grande valia na resolução de casos como este. E os argumentos da defesa são bons exemplos, pois ao tentar desqualificar os depoimentos afirmou que as provas não deveriam ser aceitas por falta de critério das testemunhas e que as mesmas possuíam relações muito próximas com o queixoso, e por isso contestou a veracidade das testemunhas.

Começando por Francisco Xavier Machado, argumentou que este não podia fazer parte alguma do acusado porque sendo ele compadre íntimo, amigo e submisso do queixoso, jamais poderia jurar de sua consciência, e sim o que lhe determina a força maior, ou seja, os mandos do seu patrão. Entretanto, toda essa situação evidencia que não se deve caracterizar em uma dependência, muito pelo contrário, ser amigo ou compadre de um senhor numa sociedade oitocentista significava usufruir de certos benefícios, entre eles, ter concessão de terra para plantar, criar ou mesmo ter alguém influente que o defendesse em momentos necessários como na justiça por exemplo.

Já a testemunha Benedito de Tal conhecido por Bigodeira, endossando ainda mais seu argumento informou que era muito mais submisso ao queixoso, pois além de ser seu vaqueiro era também compadre, e por conseguinte testemunha venal e parcial do Queixoso.

Bem, deixando de lado tais particularidades, o que descortina através desse relato é que as relações entre vaqueiros e fazendeiros, muitas vezes podiam se configurar além das restrições do trabalho, pois ao estabelecer tal proximidade afetiva os interesses se tornavam mais complexos.

Quanto a Joaquim Machado, elegeu-o como sendo tão boa testemunha que o queixoso o escolheu por ser e segundo jura, basta um chamado particular de seu Patrão, (o queixoso) para prontamente vir a juízo dar seu recado que anteriormente lhe haviam lecionado. Embasando a qualidade das testemunhas, desta vez Manoel Caetano, apontando que este é a quem seu amo, o Queixoso, tira de seus pastos bois que ali solta para negócio, e lhe dar para ir dispor só lhe impondo única condição de lhe indenizar somente com a produção da carne, e ficar a mais para seu sustento. E assim a defesa o classifica como um indivíduo pronto para tudo e qualquer sacrifício em favor de seu amo.

Não cabe aqui adentrar por esse posicionamento se as testemunhas tinham validade ou não, o que se pretende é indicar que geralmente os escolhidos para serem testemunhas possuíam proximidade e interesses com o queixoso e ou queixado. E tecer tais relações em uma sociedade com economia agropecuarista, fazia parte de uma estratégia dos fazendeiros e que os trabalhadores e agregados também sabiam apoderar-se da situação para benefícios a sempre que precisassem e que, dessa forma embora o paternalismo possuía características assimétricas não significa que ocorria estritamente absoluta e dominante.

Como bem elucidou Ferreira em suas análises, os subalternos, especialmente os vaqueiros, eram aqueles que detinham maior poder de negociação e que podiam quebrar as amarras da dominação, pois os mesmos podiam se transformar em criadores. O autor exemplifica que:

Quando não aplicavam a coação, os senhores utilizavam a política do favor para prender cativos e livres nas redes de sua dominação. Esses mesmos senhores estabeleciam alianças com homens livres pobres, concedendo-lhes benefícios (terras para plantar, casas para morar, ajuda financeira, entre outros) em troca de lealdades, prestação de serviços e outros benefícios.¹⁰⁴

Por tanto, vale ressaltar que alguns dependentes também se utilizavam de toda essa situação de subalternidade e reivindicavam apoio dos patronos para obter determinadas vantagens, já que a dependência podia ser um jogo com consequências diversas. Dentre essas vantagens e negociações, tem-se o exemplo de concessão de terra para a criação de gado. Segundo Porfírio informou, seus agregados e fâmulos criavam gado em suas propriedades, isso por meio da concessão de pasto e de retorno normalmente se retribuía alguma renda.

Sendo assim, não só os ganhos econômicos se faziam importantes, os político-sociais também, pois ao conceder que indivíduos e suas famílias, sem ou com poucos bens, utilizassem das propriedades de fazendeiros fosse para morar, plantar, ter suas pequenas criações bovinas ou de animais menores (como cabras, porcos e ovelhas) ou mesmo o acesso a pastos e fontes de água, estariam adquirindo dependentes. E de acordo ainda com o autor, “tê-los era ter prestígio, gente disposta a defendê-los em momentos de conflitos e provas testemunhais nos tribunais quando havia conflitos

¹⁰⁴ FERREIRA, Jackson. **Gurgalha**: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX). Salvador, 2014, p. 18-19.

sobre o domínio de propriedades fundiárias”¹⁰⁵. Como visto, serviam não só para conflitos envolvendo terras, mas também nos de roubo de gado.

Nessa sociedade um outro fator comum era que os grandes fazendeiros ocupavam cargos políticos e militares, e o queixoso do caso é um exemplo. Além de ser membro da Guarda Nacional e inserido na administração provincial, o tenente Porfírio era branco e de família tradicional, de certo modo os dependentes podiam facilmente ser manejáveis e deviam se submeter às suas ordens, em troca de alguns benefícios. A exemplo de disputas nos tribunais, a Lei de Terras de 1850 e os laços de amizade, dependência, vizinhança e compadrio também foram decisivos para transformar uma simples posse em domínio definitivo. Ainda mais em uma sociedade com base econômica agropecuarista e majoritariamente composta por lavradores, era na luta pelo direito de cultivar a terra que muitos sujeitos pobres construía laços de fidelidade. Segundo Jackson Ferreira:

Ter homens livres pobres sobre sua órbita de influência era tão e até mesmo às vezes mais importante do que possuir escravos. Esses homens livres eram garantia, no mínimo, de testemunhas mais ou menos leais em alguns processos civis e criminais. Mas entre os morrenses também havia a noção de direitos e deveres recíprocos, não necessariamente simétricos, que às vezes eram rompidos.¹⁰⁶

Ainda a respeito desse processo criminal movido por Porfírio, se faz interessante atentar para as particularidades dos acusados, que coincidentemente tinham naturalidade de outras províncias e que estavam residindo em Morro do Chapéu a menos de um ano, meses ou apenas dias:

¹⁰⁵ FERREIRA, p. 122.

¹⁰⁶ FERREIRA, 2012, p. 194-195.

Tabela 1 - Informações sobre a naturalidade e residência dos acusados no roubo de gado.

Acusados	Naturalidade/Residência	Trabalho
Silvano Francisco de Souza	Barra do Rio Grande e morador na Fazenda Gameleira. Onde residia a mais ou menos um ano.	Era carpina, mas que também negociava, porém ultimamente vivia de lavoura.
José Florêncio de Souza	Vila de Paranaguá, Pernambuco. Residia na Gameleira.	“A trabalhar”. Isso pode denotar que se tratava de indivíduo que vivia de prestar serviços,
João Benedito Barro Vermelho	Juazeiro, morava na Gameleira em companhia de Silvano há 29 dias	Disse “a trabalhar”. Isso pode denotar que se tratava de indivíduo que vivia de prestar serviços,

Um aspecto relevante entre o processo de Honório e Porfírio é que, os envolvidos no crime tinham um grande diferencial, a exemplo da tabela acima, em que os acusados do roubo eram naturais de outras províncias e estavam na região há muito pouco tempo, e talvez esses seriam o tipo mais temido entre os proprietários. Ao contrário, os envolvidos no roubo acusado por Honório, como já mencionado anteriormente (Luis, o escravo do réu, e a amásia), eram bastante relacionados com a comunidade na qual realizaram seus furtos, e assim, conhecedores dos possessórios da região, e aproveitaram as brechas no sistema de propriedade para afirmar temporária ou permanentemente sua posse sobre alguns animais.

O ofício do vaqueiro ultrapassou as barreiras do trabalho laborioso, pois conjuntamente aos seus encargos, certas pautas estavam em questão como: confiança, respeito, bravura, honra e habilidade. Tais componentes se faziam importantes tanto para o fazendeiro quanto para o vaqueiro, pois para o primeiro significava possuir alguém enquadrado dentro de critérios necessários para o desígnio na fazenda. Já para o segundo, significava ser um trabalhador capacitado, bem visto e reconhecido, conseqüentemente um profissional estável, requisitado e propício a alcançar sucesso, referente a vantagens e honra, este último, parece ter sido um fator

muito importante e abordado nos depoimentos feitos pelos vaqueiros na pesquisa já citada no capítulo I, de Alécio Reis. Assim, o vaqueiro imerso a essas características, significava não só um trabalhador propício a privilégios, mas também reconhecido e requisitado localmente.

Dessa dedicação ao trabalho vinha consideráveis regalias e numa sociedade de poucas oportunidades e, normalmente, enormes distâncias sociais, elas chegaram a ser muitas. Na maioria das vezes decorrentes do conhecimento e oportunidade dos negócios que fazia junto ou à sombra do fazendeiro: entre eles, eram receber gado, conhecido como o sistema de “sorte”, que significava percentagem dos bezerros nascidos no ano, “a paga, em geral, pequena, embora maior que a dos demais agregados da fazenda, era uma compensação para os muitos riscos que o vaqueiro corre, e que se estendia a fama e a glória advinda de sua destreza e talento), ou ainda as possibilidades de:

Gerir um retiro com total liberdade e extrair dele as oportunidades que davam gado na *meia* e serviço dos outros; ou ficar sem salário mas receber o leite das vacas paridas para criar porcos ou fazer requeijão, ou os dois, e vender ou receber do fazendeiro gado *afetado* – de aftosa- para curar gabarros, recriar, negociar; ou merecer avais para negócio de terra ou gado. Eram essas regalias, e juntando a tudo, o fazendeiro admitir o criame *embolado*, quer dizer, pastos, mas um só serviço e remédios para cuidar do gado da fazenda e do seu.¹⁰⁷

Sendo assim, as vantagens não eram apenas econômicas, mas principalmente simbólicas, pois o vaqueiro tinha acesso aos espaços da casa: ao quintal e a cozinha da sede, às viagens de gado a serviço e tocando boiadas, possivelmente a ascendência sobre fazendeiros e certas prioridades em relação a outros agregados.

Envolvido nessa sociedade paternalista e promotora de laços de dependência, certamente caracterizaram a complexidade das relações de trabalho entre fazendeiros e vaqueiros. Pois o vaqueiro foi o trabalhador da fazenda que mais teve proximidade com o seu senhor/patrão, principalmente porque geralmente morava nas próprias terras do seu patrão. Podia frequentemente transitar no espaço privilegiado da fazenda, e tais situações provocavam a extensão dos laços de proximidade e por que não afetividade, ou até mesmo conflituosos. Foi nesse processo de tentativa de ampliar e confirmar as relações sociais que fazendeiros,

¹⁰⁷ RIBEIRO, 1997, p. 164.

vaqueiros e trabalhadores autônomos não só estreitavam laços de solidariedade, como também mobilizavam suas identidades sociais, ponderavam suas diferentes concepções de poder, trabalho e sociedade e definiam a aparência de seus conflitos cotidianos, fossem assumidamente ou mesmo sutil.

Seguindo a reflexão de Nascimento, definir o vaqueiro como defensor dos interesses do fazendeiro ou como aquele que tirava proveito da situação de proximidade com o patrão visando obter vantagens está longe de ser algo simples. E se deve justamente transitar em meio à essa dualidade, por possibilitar observar com mais amplitude e de maneira mais complexa as relações, as solidariedades e os conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transitar por espaços das relações sociais e de trabalho na tentativa de evidenciar outras perspectivas não foi algo simples. Ainda mais se tratando de um repensar recente, pois muito do que se tem a respeito dessa temática foi construído durante décadas e é justamente nessas obras que por vezes mais se recorre, até mesmo por conta da carência de produções que repensam esse olhar já tão consolidado. Desse modo, se fez necessário informar que mesmo tendo o propósito de repensar sobre o que se produziu sobre a figura do vaqueiro, recai-se na necessidade de utilizar tais produções e, em certos momentos aproximar-se dessa visão mais romantizada, em definir o vaqueiro como um ser apenas submisso, obediente e fiel ao seu patrão, sem vontades próprias e incapaz de articulação em prol de melhores condições de vida e trabalho.

Assim, o estudo aqui desenvolvido teve como propósito revisitar alguns autores dessa visão mais clássica e romântica sobre o vaqueiro e pecuária, como também as pesquisas mais recentes que apontam outras perspectivas. E nesse processo, nota-se que às vezes foi difícil se restringir ao viés analisado pelas novas perspectivas por conta das poucas produções dentro da temática.

Certamente o terceiro capítulo foi o que mais se sobressaiu desse aspecto, pois a análise dos processos possibilitou reconhecer uma maior complexidade e os interesses existentes nas relações de trabalho e abandonar um pouco essa visão tão consolidada de relação de submissão, honra e fidelidade entre fazendeiros e vaqueiros promovida pelas mais diversas literaturas e alguns cientistas sociais.

Como visto nos processos criminais, em muitos momentos os vaqueiros expressaram fidelidade para com os fazendeiros, como também outras relações sociais possíveis que permitiram manter ou melhorar a condição social e econômica. Além do mais haviam também vaqueiros que aparentemente partilhavam do momento do roubo com o seu patrão, ou ainda nos faz questionar que poderia facilitar o roubo de gado, ou que se aproveitavam da proximidade com o fazendeiro e do conhecimento detalhado da propriedade onde trabalhavam para obter maior prestígio social e, até mesmo, que se aproveitava das proximidades com outros trabalhadores para ajudar a desvendar o gado fugido ou roubado.

Perceber tais aspectos só foi possível a partir da mudança de foco, ao encarar e analisar os vaqueiros a partir de suas próprias necessidades e expectativas e não a partir do olhar do fazendeiro. No entanto, na maioria das vezes eram bem sutis as estratégias cotidianas dos vaqueiros de reivindicar o que consideravam seus direitos, ou de contestar o seu patrão. Assim, a pretensão foi analisar os processos criminais a partir dos subalternos, e isso só foi possível através da mudança de olhar e atenção aos seus testemunhos e ações. Vale ressaltar que os depoimentos das testemunhas em processos criminais de furto de animais não contavam apenas o crime em si, mas também as impressões sobre o réu, da vítima e sobre o vaqueiro que cuidava da fazenda e era geralmente quem se dava conta do sumiço e quem mais colaborava no processo de desvendar o crime.

Como já foi dito, estar ou não vinculado a alguém por laços de parentesco ou de dependência fazia muita diferença e esse era o motivo pelo qual o próprio ato de identificar-se como vaqueiro ou lavrador ou ainda possuir concessões de terra ou de animais, ainda que em pequena quantidade, significava uma atitude política que envolvia demonstrar na sociedade o tipo de autonomia ou prestígio desfrutado. Ficou claro a partir do desenvolvimento dos capítulos que tratar do vaqueiro significa reconhecer as ambiguidades desse sujeito que traçava suas escolhas e definia suas alianças de acordo com as vantagens que julgavam que poderiam obter. E na maioria das vezes, havia estratégias sutis de permear e contestar o poder estabelecido, como também a possibilidade de impor a vontade dos subalternos e assim transformar concessões senhoriais em mais autonomia em direitos adquiridos.

FONTES

Processos Criminais:

FMCA. Seção Judiciária. Processo Crime contra Quintino de Souza Lobo-1870.

AFCA. Seção Judiciária. Processo crime contra Silvano Francisco do Nascimento, João Barro Vermelho e José Florêncio de Souza.

Documento encontrado em: LOPES, 2009, p. 24. Há também o documento do concerto da ponte: *A obra do concerto da ponte do Rio Itapicurú-mirim, da Comarca de Jacobina, para a qual foi marcada na Lei nº 86 de 4 d'Agosto de 1838 a quantia de 300\$ rs, succedeo, que depois de estar arremattada cahisse a mesma ponte, não podendo por isso ter effeito o respectivo contracto, e dever antes ser construído de novo; attendendo a que he hella que serve de transito para as Províncias de Minas, e Piauhy, e para as Comarcas do rio do São Francisco, e Sento Sé...*

Membro da comissão encarregada da distribuição dos socorros alimentícios. Ibidem, p. 06.

Mapa: as rotas do gado do sertão de São Francisco à Salvador. Encontrado em: LOPES, Rodrigo Freitas. Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873). Dissertação de mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p. 21.

Digitais/Avulsos

Fala que recitou o presidente da Província da Bahia, Thomaz Xavier Garcia de Almeida, na abertura da Assembléia Legislativa da mesma Província em 2 de fevereiro de 1840, p. 15. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/brazil/BAH.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Relatório apresentado ao Excellentissimo Senhor Dezembargador Presidente Provincia da Bahia Antonio da Costa Pinto pelo Ex-Presidente o Conselheiro e Senador do Imperio Herculano Ferreira Penna por ocasião de passar-lhe a

administração da mesma Província em 26 de abril de 1860, p. 05. Disponível em: <<https://archive.org/details/rpebahia1823>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

Relatório apresentado ao Excellentíssimo Senhor Dezenbargador Presidente Província da Bahia Antonio da Costa Pinto pelo Ex-Presidente o Conselheiro e Senador do Imperio Herculano Ferreira Penna por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de abril de 1860, p. 06. Disponível em: <<https://archive.org/details/rpebahia1823>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

Dados do IBGE: Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/semiario>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

Imagem:

Vaqueiro do Nordeste, desenho de Percy Lau para Tipos e aspectos do Brasil. Acervo da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Encontrado em: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. jul.- dez. 2005.

Imagem:

Boiadeiro e tropa, desenho de Percy Lau para Tipos e aspectos do Brasil. Acervo da biblioteca do Instituto de Brasileiros da Universidade de São Paulo. Encontrado em: ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. jul.- dez. 2005.

Relato do vaqueiro João Santos. (Vaqueiro João Boladero) – 56 anos Andaraí. Encontrado no livro *Ofício de Vaqueiro*, organizado pelo IPAC.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia Edusp, 1988 (Coleção Reconquista do Brasil, 2ª série, vol.135).

_____. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. 226p.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Nossa Língua. **Reduções**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/reducoes>>. Acesso em: 5 jan 2018.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras “visões iconográficas” do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.2. jul.- dez. 2005.

ANTONIL, André João. Da grande extensão de terras para pasto, cheias de gado, que há no Brasil. *In*: _____. **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, p. 84-85.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Ed. 1ª. Salvador: EDUFBA, 1989, p. 24-58.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro. 1993.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. Rio de Janeiro: Companhia da Letras, 1990.

_____. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

DUARTE, Monica Dantas. **Fronteiras movediças**: relações sociais na Bahia do século XIX: (a comarca de Itapicuru e a formação do arraial de Canudos). São Paulo: Aderaldo & Rothschild: Fapesp, 2007.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). Rio de Janeiro. 2010.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Família, relações de reciprocidade e hierarquia social na fronteira meridional do Brasil (1816-1845)**. Artigo apresentado no X Encontro Estadual de História – RS, 2010.

_____. **Peões de estância e produção familiar na fronteira sul do Brasil (1845–1865)**. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.359-383, jul. 2008.

FERREIRA, Jackson André da Silva. De Cria a Dona: trajetória de uma liberta no sertão baiano no século XIX. In: REIS, João José & AZEVEDO, Elciene (org). **Escravidão e suas sombras**. Salvador: EDUFBA, 2012; p.194-195.

_____. **Gurgalha**: um coronel e seus dependentes no sertão baiano (morro do chapéu, século XIX). Salvador, 2014.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA (IPAC). **Ofício de vaqueiro**. imp. rev. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013 (Cadernos do IPAC, 6).

LARA, Silvia Hunold. Processos crimes: o universo das relações pessoais. **Anais do Museu Paulista**, 1984, p. 153-161.

_____. **Campos de Violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOPES, Rodrigo Freitas. **Nos currais do matadouro público**: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873). Salvador: 2009. 153 f.

NASCIMENTO, Joana Medrado. **Terra, laço e moirão**: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). Campinas, SP: [s.n.], 2008.

_____. **Boi fujão ou homem ladrão?** Conflitos em torno do furto de animais na região de Geremoabo/BA entre 1880 e 1900. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007.

NASCIMENTO, Macio Andrade. **Roças, currais e garimpos**: o trabalhador livre e pobre no sertão baiano dos oitocentos. Morro do chapéu (1848-1889). Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). Seção colonial e provincial. Presidência da província/ Abastecimento - carne/ 1865/ maço 4630

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2ª ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008. 386p.

_____. **Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural.** Politeia. Hist. e Soc. Vitória da Conquista, vol. 3, n.1, p.153-159. 2003.

_____. **Sertanejos que se venderam.** Contratos de Trabalho sem Remuneração ou Escravidão Dissimulada? Afro-Ásia, 19/20 (1997). p. 239-250.

OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. A voz escrava nos processos-crimes: histórias de escravos ladinos na escravidão brasileira. **Anais.** Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/joice_oliveira.pdf>. Acesso em: 25 maio 2015.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida:** Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertoins de Sima, 1860-1920. 1. ed. São Paulo: Annablume Editora, 2009. p. 221.

QUEIROZ, Washington. Cotidiano e o ofício de vaqueiro. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA (IPAC). **Ofício de vaqueiro.** imp. rev. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013, p. 41-44 (Cadernos do IPAC, 6).

REIS, Alécio Gama dos. **O que farpa o boi farpa o homem:** das memórias dos vaqueiros do campo sertão de Irecê (1943-1985). Feira de Santana, 2012. 363f.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil.** A História do Levante dos Malês em 1835. Edição revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães. **As Estradas da vida:** Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucurie Jequitinhonha, Minas Gerais. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997.

_____. Vaqueiros, bois e boiadas – trabalho, negócio e cultura na pecuária do nordeste mineiro. Universidade Federal de Lavras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 10, abr. 1998: 135-164.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8 abr. 1997: 119-156.

SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, nº 10, mar-ago., 1985, p. 66-196.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará.** Fortaleza, 2013.

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. **Os negros em Jacobina (Bahia) no século XIX.** São Paulo: Annablume, 2009.